



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA

VOLUME 1

Julho/2010



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA

Processos Inovativos de
Gestão e Capacitação
Especializada
DER/PR-TECPAR
Contrato nº 003/2009

Julho/2010

Governo do Estado do Paraná

Orlando Pessuti
Governador do Estado do Paraná

Mário Cesar Stamm Junior
Secretário de Estado dos Transportes

Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR

Milton Podolak Júnior
Diretor Geral

José Antonio Araújo Fernandes
Diretor Técnico

José Pedro Weinand
Diretor de Operações

Ademir Ogliari
Diretor Administrativo Financeiro

Ricardo Martins de Barros
Superintendente Regional Leste

Ciro Macedo Ribas Junior
Superintendente Regional Campos Gerais

Marco Aurelio Gataz Sguario
Superintendente Regional Norte

Octávio José S. da Rocha
Superintendente Regional Noroeste

Paulo Roberto Melani
Superintendente Regional Oeste

Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR

Luiz Fernando de Oliveira Ribas
Diretor Presidente

Sebastião Bordin da Silva
Diretor Administrativo

Bill Jorge Costa
Diretor Técnico

Renato Rau
Diretor de Produção

Processos Inovativos de Gestão e Capacitação Especializada DER/PR - TECPAR

DER/PR - Coordenação
José Burigo Junior

TECPAR - Coordenação
Cláudia Pinheiro
João Luiz Buso

Colaboradores

Ana Tereza Fagundes da Costa Lima
André Gustavo Staben
Carlos Rolando Razzini
Charles Urbano Hostins Junior
Daniel Blanski de Menezes
Darlan de Paiva Santana
Eduardo Augusto Moreira Júnior
Giselle de Andrade Colle
Jonny Luis Chiumento
Júlia Kazumi Hanai
Luciana Massolin Ramos Gaspar
Maria Bernadete Sulzek
Paulo Cesar Salatini
Rafael Rodrigues Teixeira
Rogério Itiro Yamanishi
Romeu Stencil
Rui Cezar de Quadros Assad
Tania Mara Cordeiro Santos Rodrigues
Thiago Henrik P. S. Moreira



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná -
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba Paraná
Fone (41) 3304 8000
Fax (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

MAF.C.001/10-00

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA

Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

30 páginas

SUMÁRIO

ÍNDICE

- 1 APRESENTAÇÃO
- 2 INTRODUÇÃO
- 3 OBJETIVO
- 4 DEFINIÇÕES
- 5 ÂMBITO DE APLICAÇÃO
- 6 COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES
- 7 PROCEDIMENTOS
- 8 CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO
- 9 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
- 10 APÊNDICE

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	4
3. OBJETIVO	5
4. DEFINIÇÕES.....	6
5. ÂMBITO DE APLICAÇÃO	7
6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES	8
6.1. ORGANOGRAMA.....	8
6.2. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES INTERVENIENTES	9
7. PROCEDIMENTOS	13
7.1. INTERVENÇÕES FÍSICAS:.....	14
7.2. OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:.....	16
7.3. INFRAÇÕES E PENALIDADES:	23
8. CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO	24
8.1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E REGISTROS:	24
8.2. ESTRUTURA DOS PROCEDIMENTOS E REGISTROS:	25
8.3. EMISSÃO, REVISÃO E ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E REGISTROS:	25
8.4. DISTRIBUIÇÃO:	27
9. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.....	28
10. APÊNDICES.....	30

1. APRESENTAÇÃO

O presente Manual de Gerenciamento de Obras Rodoviárias, desenvolvido pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR, mediante contrato firmado com o Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, tem como objetivo a padronização dos procedimentos para gerenciamento dos contratos de concessão rodoviárias.

Esta edição, apresentada na versão denominada “revisão 01”, será objeto de revisões e atualizações, conforme análises críticas e sugestões, buscando o contínuo aprimoramento deste Manual.

Curitiba, 07 de julho de 2010.

Milton Podolak Júnior
Diretor Geral

2. INTRODUÇÃO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná completa, neste ano de 2010, 64 anos de relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná e ao setor rodoviário brasileiro.

Neste período foram construídos mais de 10.000 km de rodovias estaduais pavimentadas, tornando o DER/PR exemplo de órgão público empreendedor e de reconhecida capacidade técnica em nível nacional.

A necessidade de restaurar e expandir a malha rodoviária brasileira impulsionou a privatização das rodovias por meio do mecanismo de concessão. Na busca da forma mais adequada de financiamento dos investimentos necessários, em razão da restrição financeira do Estado, o país iniciou o programa de privatização.

No Paraná, em 1997, o poder concedente (Estado, por delegação da União), por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, promoveu licitação para a concessão de 2.035 km de rodovias federais e estaduais no Estado do Paraná, divididas em seis lotes, que são compostos por três diferentes tipos de segmentos rodoviários: rodovias principais, trechos urbanos e trechos rodoviários de acesso (“oferta”), nos quais a concessionária possui diferentes encargos e responsabilidades para cada um deles. Além disso, a exploração dos lotes, mediante cobrança de pedágio, contempla duas etapas distintas: trabalhos iniciais, com duração estimada de seis meses, abrangendo os serviços necessários para que se atinjam os requisitos mínimos para o início da arrecadação do pedágio; e trabalhos ao longo da concessão, compreendendo as obras de restauração, ampliação/melhoria da capacidade, prestação de serviços de operação, conservação e manutenção, incluindo a monitoração de tais serviços das rodovias.

Para assegurar que a concessionária cumpra os encargos previstos a ela, é vital que o DER/PR estabeleça procedimentos padronizados para seus colaboradores. Com esse objetivo, desenvolveu-se o presente manual, o qual é fruto da experiência acumulada pelos profissionais departamento que, com o apoio profissional do TECPAR, consolidam este documento técnico que garantirá a melhoria da qualidade e do gerenciamento das concessões rodoviárias no Estado do Paraná.

3. OBJETIVO

O Manual de Gerenciamento de Concessões Rodoviárias tem por objetivo estabelecer instrumentos de gestão capazes de assegurar o cumprimento legal pela concessionária, através da fiscalização do DER/PR, dos requisitos estabelecidos nas normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 7 de julho de 1995, da Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que forem aplicáveis; nas cláusulas do Contrato de Concessão e seus anexos; na Proposta Comercial do Lote; no Programa de Exploração de Rodovias – PER e pelas normas gerais de direito privado.

Dentro desse contexto, os principais objetivos são:

- Assegurar aos usuários a prestação, pela Concessionária, de serviço adequado nas condições definidas;
- Controlar a execução dos serviços de operação, conservação e manutenção das rodovias principais e trechos de acesso;
- Controlar a execução de obras de restauração e de melhoria e ampliação de capacidade das rodovias principais.

Tendo em vista que os técnicos designados para o cumprimento das atividades que envolvem a gestão das concessões devem, além dos conhecimentos técnicos específicos, ter uma visão global de todo o processo de fiscalização da mesma, o presente manual apresenta:

- a) A conceituação dos processos que compõem o Gerenciamento de Fiscalização de Concessões, no âmbito do DER/PR;
- b) O detalhamento dos principais processos, de forma a servir como agente facilitador no Gerenciamento da Fiscalização de Concessões;
- c) A apresentação das competências e responsabilidades dos diversos cargos intervenientes;
- d) A padronização dos processos e documentos adotados em toda a jurisdição do DER/PR.

4. DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste manual, são adotadas as definições constantes do artigo 6.o da Lei Federal n.º 8.666 e Glossário de Termos Técnicos Rodoviários e da Qualidade (DNIT). Os demais termos foram definidos juntamente com o DER/PR.

As siglas e abreviações utilizadas são as seguintes:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CCPR – Coordenadoria de Concessão e Pedagiamento Rodoviário
- DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- DG – Diretoria Geral
- DOP – Diretoria de Operações
- DT – Diretoria Técnica
- GCC – Gerente do Contrato de Concessão
- Intervenções Físicas – obras de Restauração ou de Melhoria e Ampliação de Capacidade a serem realizadas nas Rodovias Principais nos lotes de concessão
- “Layout” – disposição física de um material/espço, identificando onde cada parte está posicionada dentro do todo
- Lista de Verificação – lista onde está descrita a relação completa das atividades a serem executadas e/ou verificadas
- MAF.C – Manual da Atividade de Fiscalização de Concessão
- NBR – Norma Brasileira
- PAF – Procedimento da Atividade de Fiscalização
- PER – Programa de Exploração de Rodovias
- QCA – Quadro de Controle de Atividades
- QPA – Quadro de Planejamento de Atividades

5. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente manual é aplicável ao Processo de Fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos contratos:

- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

6. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

6.1. ORGANOGRAMA

O organograma do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR é a seguir apresentado.

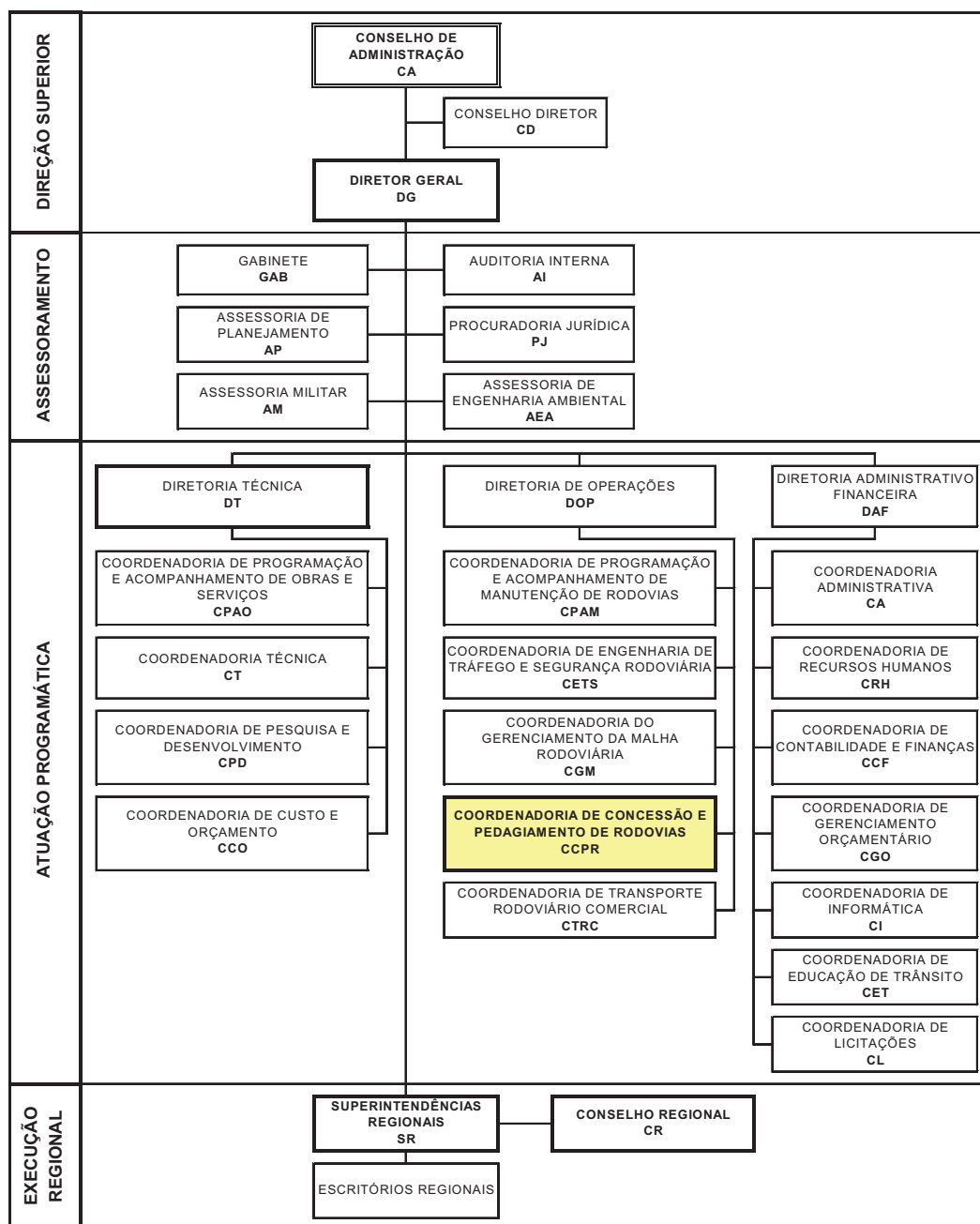


Figura 1 – Organograma DER/PR

Lei n.º 8.485, de 03/06/1987

Decreto n.º 2.458, de 14/08/2000 – DO n.º 5.806, de 15/08/2000

Decreto n.º 4.475, de 14/03/2005 – DO n.º 6.933, de 14/03/2005

No que diz respeito à atuação da Equipe Técnica de Apoio Local no processo de fiscalização de concessões, o organograma é o seguinte:

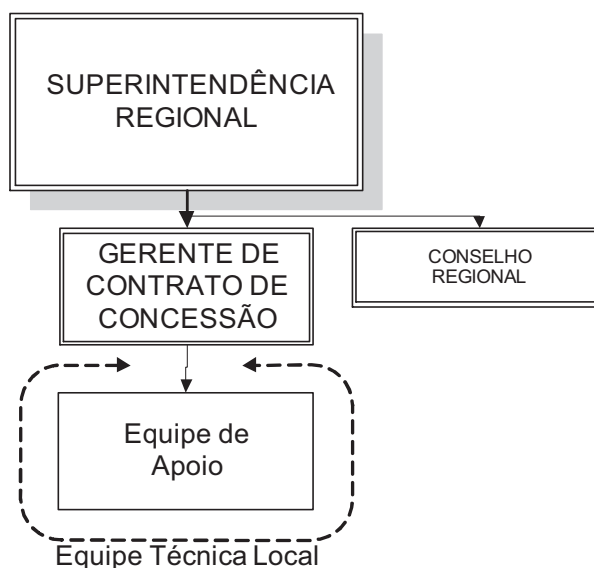


Figura 2 – Organograma Superintendência Regional

6.2. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES INTERVENIENTES

As competências e responsabilidades que estão neste manual são baseadas nos contratos e ordens de serviço emitidos pelo DER/PR. Porém, é importante salientar que os itens aqui descritos foram interpretados. Em caso de dúvida, deve-se recorrer aos documentos pertinentes.

6.2.1. De acordo com o Contrato de Concessão, Cláusula LXV – Da Fiscalização da Concessão

6.2.1.1. Compete ao DER

- Os poderes de fiscalização do cumprimento das obrigações da concessionária emergentes do contrato;
- Exercer a fiscalização da concessão, com o objetivo de assegurar o cumprimento dos encargos previstos no Programa de Exploração do Lote, especialmente os que se referem à execução das obras e serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação e ampliação das rodovias

principais; de recuperação, manutenção e conservação dos trechos rodoviários de acesso; e conservação e manutenção do pavimento e da sinalização rodoviária dos trechos urbanos, quando existentes, que compõem o lote;

- Rejeitar, no todo ou em parte, a obra ou o serviço executado em desconformidade com as cláusulas do CONTRATO com as condições do PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DO LOTE, com as normas técnicas para execução de obras e serviços do DER ou com as normas técnicas da ABNT;
- Se o DER não aceitar as explicações apresentadas pela Concessionária como replica às suas decisões quanto à qualidade do trabalho ou quanto aos prazos fixados para o reparo, deverá determinar a demolição, a reconstrução ou a adequação dos trabalhos defeituosos, cabendo à CONCESSIONÁRIA realizá-los.

6.2.1.2. Compete à Fiscalização

- Se existirem, encaminhar à concessionária as objeções aos planos de trabalho das obras e serviços, acompanhados dos respectivos cronogramas de execução física, por correspondência com registro de recebimento, no prazo máximo de três (3) dias úteis, contado de seus recebimentos;
- Comunicar à concessionária as eventuais objeções em relação à instalação de canteiro de serviços e à mobilização de mão-de-obra, equipamentos e materiais, que deverão ser comunicadas previamente à fiscalização, no prazo máximo de três (3) dias úteis;
- A supervisão, inspeção e auditoria do contrato;
- Assegurar aos usuários a prestação de serviço adequado pela concessionária, nas condições definidas no contrato de concessão;
- Realizar a fiscalização operacional com base nos parâmetros estabelecidos no contrato de concessão e no Programa de Exploração do Lote, tendo por finalidade garantir, em caráter permanente, a prestação de serviço adequado, assim como a correta manutenção, conservação e preservação das rodovias e dos trechos rodoviários de acesso ao lote;
- Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com os encargos do contrato, determinando à concessionária a regularização das

faltas ou defeitos verificados, e emitindo eventuais autos de infração, nos termos previstos;

- Estabelecer os prazos para a conclusão dos reparos, no mesmo documento no qual foi procedida a intimação da concessionária para o reparo.

6.2.2. De acordo com a Ordem de Serviço n.º 003/200 2-DG, referente ao acompanhamento, recebimento, análise, aceitação e aprovação de estudos técnicos e projetos finais de engenharia para a execução de obras nas rodovias do Programa de Concessão Rodoviária do Estado do Paraná

6.2.2.1. Compete ao Diretor Geral do DER/PR

- Pôr à apreciação do Conselho Diretor a análise do impacto econômico-financeiro;
- Decidir sobre a aprovação do projeto.

6.2.2.2. Compete à Coordenadoria de Concessão e Pedagiamento Rodoviário – CCPR:

- Analisar os projetos das obras que provocam impacto nos encargos das concessionárias;
- Avaliar a análise do impacto e referendá-la, ou solicitar outras informações ou reanálises;
- Dar o parecer conclusivo sobre o impacto econômico-financeiro;
- Submeter a análise e decisão do impacto ao Diretor Geral;
- Informar as partes intervenientes sobre a decisão do Diretor Geral.

6.2.2.3. Compete ao Superintendente Regional:

- Dar o aceite nos estudos e projetos, desde que atendam a todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente, pelo Contrato de Concessão e seus anexos.

6.2.2.4. Compete ao Gerente do Contrato de Concessão – GCC:

- Acompanhar a execução dos estudos e projetos;
- Receber e avaliar os estudos e projetos, referendá-los, ou solicitar outras informações ou reanalisá-los;
- Avaliar a análise do estudo ou projeto realizada pela Equipe Técnica de Apoio Local e referenda-la, ou solicitar outras informações ou reanálises;
- Encaminhar para a concessionária, caso necessário, a solicitação de readequação no estudo ou projeto;
- Verificar se a obra, de que trata o projeto, provocará impacto nos encargos da concessionária.

6.2.2.5. Compete à fiscalização:

- Realizar a análise técnica dos estudos e projetos apresentados pela concessionária. Nesta análise técnica se inclui a verificação dos quantitativos e dos preços unitários constantes no orçamento;
- Dar o parecer conclusivo sobre a adequação do estudo ou projeto.

7. PROCEDIMENTOS

Neste subitem foram considerados os principais procedimentos que fazem parte do Processo de Fiscalização de Concessão Rodoviária. Estes têm o intuito de orientar as equipes de avaliação de conformidades nas seguintes atividades:

- verificação da validade das informações passadas pela concessionária e identificar não-conformidades das atividades desenvolvidas no período, constituindo-se em um importante instrumento de controle para o DER/PR;
- informar ao DER/PR a evolução dos serviços prestados pela concessionária, em atendimento aos contratos de concessão;
- fornecer ao DER/PR as informações necessárias ao planejamento, gerenciamento e controle do Programa de Concessão de Rodovias.

O processo de fiscalização das concessões rodoviárias é compreendida especialmente por dois tipos de controle:

- dos resultados da execução dos serviços de operação, conservação e manutenção das rodovias principais e trechos de acesso, com ênfase na observância das especificações, parâmetros e padrões de qualidade estabelecidos nos documentos pertinentes e normas técnicas;
- do controle por medição da execução das obras de melhoria e ampliação de capacidade das rodovias principais, com ênfase na observância dos quantitativos, especificações, parâmetros e padrões de qualidade estabelecidos nos documentos pertinentes, projetos básicos e normas técnicas aplicáveis.

O processo de fiscalização é composto por dois grandes grupos: Intervenções Físicas; Operação, Conservação e Manutenção de Rodovias. Estes são divididos dessa forma devido ao tipo de atividade e à forma de fiscalização. As Intervenções Físicas contemplam as atividades relacionadas a projetos e obras que ocorrem em períodos específicos; são fiscalizadas desde a elaboração do projeto até o recebimento da obra. O grupo de fiscalização de Operação, Conservação e Manutenção de Rodovias se atém à prestação de

serviço adequado aos usuários da rodovia durante todo o período de concessão.

Dentro do Processo de Fiscalização das atividades descritas nos grupos, as não-conformidades encontradas devem ser relatadas e tratadas utilizando meios legais já estipulados em contrato. Estes procedimentos estão contemplados no item Infrações e Penalidades.

A figura abaixo demonstra a formatação do processo dentro do manual, onde os grandes grupos estão interligados com as infrações e penalidades.

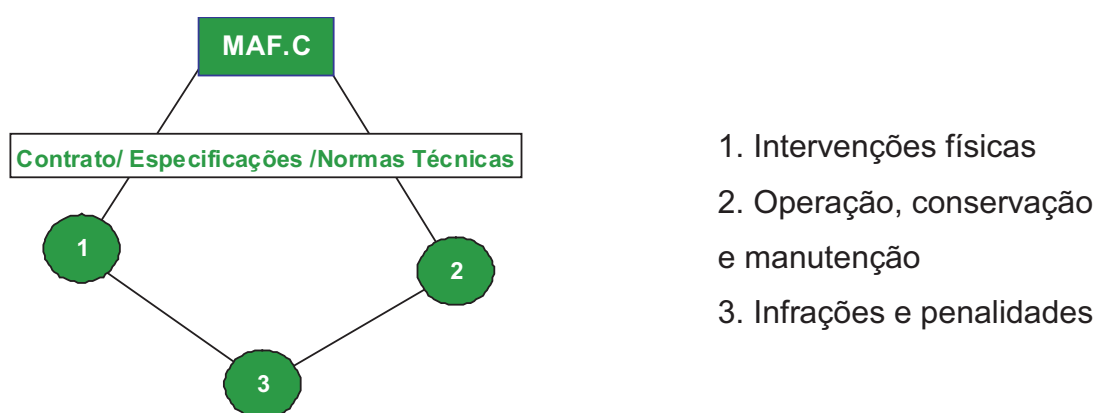


Figura 3 - Grupos de Procedimentos

Todo o Processo de Fiscalização pode ser mais bem entendido pelos detalhamentos que estão descritos nos procedimentos (PAF). Cada grande grupo, com seus devidos procedimentos, será detalhado a seguir.

7.1. INTERVENÇÕES FÍSICAS:

De acordo com o PER, as intervenções físicas abrangem as obras de Restauração e de Melhoria e Ampliação da Capacidade das Rodovias Principais. A figura abaixo mostra a composição das respectivas intervenções físicas.

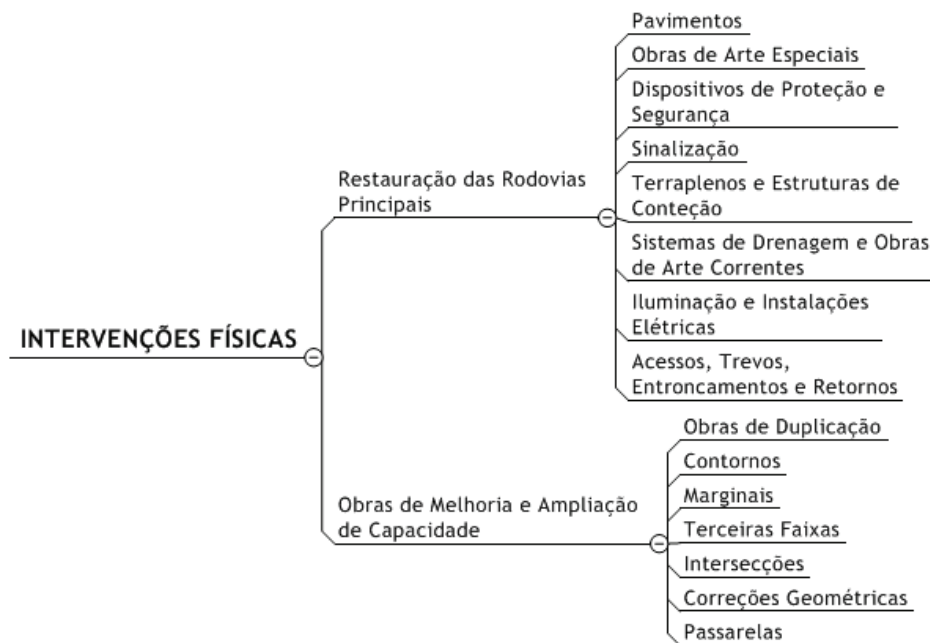


Figura 4 – Escopo de atuação de Intervenções Físicas.

O gerenciamento das intervenções físicas, realizada pelo controle por medição ou preço global, de acordo com as disposições dos contratos e aditivos de cada lote, deve assegurar que as obras respeitem os quantitativos, as especificações, os parâmetros e padrões de qualidade estabelecidos no PER, projetos básicos e normas técnicas aplicáveis.

O processo de Intervenções Físicas, de maneira genérica, contempla as etapas de projeto, obra e recebimento, conforme ilustração abaixo:

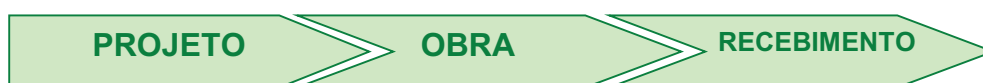


Figura 5 – Etapas do processo de Intervenções Físicas.

7.1.1. Projeto

De acordo com a Ordem de Serviço n.º 003/2002-DG, a etapa de projeto é composta pelas atividades de execução, recebimento, análise, aceite e aprovação de projetos; as quais estão descritas no PAF.IF.001 - Aceite de Projetos.

Devido à possibilidade de existirem diversos projetos executados simultaneamente, cada qual em uma fase distinta, é necessário realizar um controle sistemático destes projetos, o qual está descrito no PAF.IF.002 - Controle de Aceitação e Aprovação dos Projetos.

7.1.2. Obras

A etapa de obras contempla desde o início da sua execução até antes do recebimento provisório da obra.

O acompanhamento das obras iniciadas no mês corrente, em andamento, paralisadas, não iniciadas e concluídas, bem como os cronogramas físicos e financeiros de todas as obras, deve ser feito conforme Capítulo 6 – Projetos, Obras e Conservação do Modelo para Elaboração, do Relatório Mensal de Conformidade.

7.1.3. Recebimento

A etapa de Recebimento compreende o recebimento provisório e o recebimento definitivo da obra pelo DER/PR. Entende-se como recebimento provisório o comunicado realizado pela concessionária ao departamento de que a obra foi finalizada e está apta a ser vistoriada pelo DER/PR. O recebimento provisório está descrito no PAF.IF.004 – Recebimento Provisório de Obras e/ou Serviços.

O recebimento definitivo representa a aceitação da obra, pela Comissão de Recebimento, atestando que a execução atende ao projeto executivo e às normas técnicas vigentes. As atividades envolvidas no recebimento definitivo estão descritas no PAF.IF.005: Recebimento definitivo de obras.

7.2. OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

Os serviços de operação, conservação e manutenção de rodovias principais e conservação das rodovias de acesso são fiscalizados com base nas evidências encontradas durante o período. Para isso, deve-se observar as especificações, parâmetros e padrões de qualidade estabelecidos nos documentos pertinentes e normas técnicas, identificando e aplicando as medidas cabíveis sobre as não-conformidades encontradas.

A figura abaixo ilustra o escopo de atuação da Equipe Técnica de Apoio Local em se tratando de Operação, Conservação e Manutenção de Rodovias.

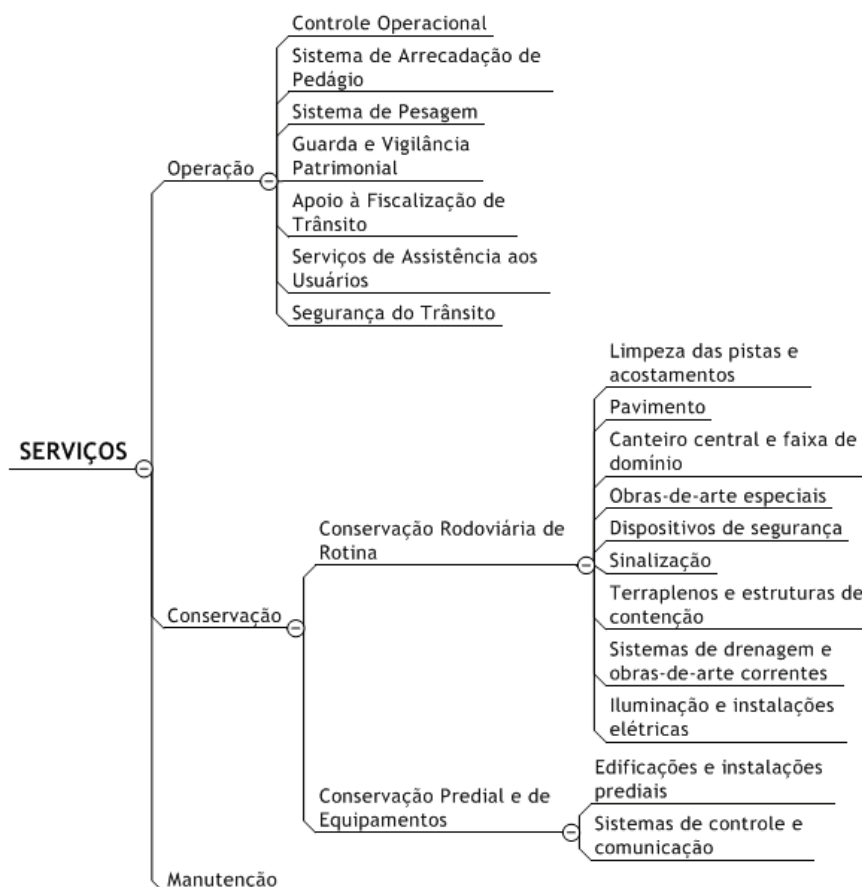


Figura 6 – Escopo de atuação de Operação, Conservação e Manutenção.

Os procedimentos pertinentes a este grupo estão descritos em forma de lista de verificação no QCA - Quadro de Controle de Atividades. Este tem como objetivo, por meio de técnicas de gestão, auxiliar a Equipe Técnica de Apoio Local na execução das atividades em sua rotina mensal e o Gerente do Contrato de Concessão no controle das atividades executadas por sua equipe.

O QCA é dividido em quatro campos principais, conforme o “layout” a seguir. No campo 2 está a lista das atividades para verificação de conformidades que a Equipe Técnica de Apoio Local deve executar em se tratando do processo de fiscalização rotineira.

QUADRO DE CONTROLE DE ATIVIDADES

LOTE		RESPONSÁVEL		SEMANA					Relatório de Conformidade	Plano de Inspeção	Registro Fotográfico	Comunicação de Ocorrência
MÊS				1	2	3	4					
ENTRADA	-	RELATÓRIO	ATIVIDADE PARA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE	PADRÃO DE VERIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA MÍNIMA	OBSERVAÇÃO						
	-	-	Fazer a Reunião de Planejamento	1 vez por semana	reunião/semana							
	CS-1-1-A	Verificar os Livros de Reclamação	50% dos Livros por mês	livros/mês								
	CS-1-1-B	Comunicação e Resp. Social	4 horas por semana	visitas/mês								
	CS-1-2-A	Verificar a Segurança Rodoviária	1 vez por mês	-								
	CS-1-2-B	Verificar a Segurança Rodoviária	1 vez por mês	-								
	CS-1-3-A	Verificar a Segurança Rodoviária	1 vez por mês	-								
	CS-1-3-B	Verificar a Segurança Rodoviária	1 vez por mês	-								
	CS-1-4-A	Verificar a Segurança Rodoviária	1 vez por mês	-								
	CS-1-4-B	Verificar a Segurança Rodoviária	1 vez por mês	-								
Relatório de Gestão	Fazer o Relatório de Conformidade	1 vez por mês	-									
TV-3-1-A e TV-3-1-B	Tráfego Veicular	Verificar o Fluxo veicular das praças de pedágio	1 cabine por sentido em no mínimo 20% das praças do lote	cabine/mês								
Relatório de Gestão	Fazer o Relatório de Conformidade	1 vez por mês	-									
OP-3-1-1-A	Operações	Fazer a Avaliação operacional das instalações	20% das instalações por mês	instalações/mês								
OP-3-2-A e OP-3-2-B		Fazer a avaliação operacional dos Veículos	20% da frota de veículos por mês	veículos/mês								
OP-3-3-A		Fazer a avaliação operacional dos Equipamentos	20% dos equipamentos por mês	equipam/mês								
OP-4-1-A		Verificar as Balanças - Excesso de Peso	1 posto de pesagem por quinzena	balança/mês								
OP-4-2-A		Verificar as Cobranças nas praças	1 cabine por sentido no mínimo em 20% das praças	cabine/mês								
OP-4-3-A e OP-4-3-B		Verificar o Atendimento Pré-hospitalar	4 horas por semana	visitas/mês								
OP-4-4-A e OP-4-4-B	Verificar o Atendimento Mecânico	4 horas por semana	visitas/mês									
OP-4-5-A, OP-4-5-B, OP-4-5-C e OP-4-5-D	Verificar os Atendimentos de Incidentes	4 horas por semana	visitas/mês									
Relatório de Gestão	Fazer o Relatório de Conformidade	1 vez por mês	-									

LEGENDA **CRÍTICO** **MODERADO** **EM DIA** **PREVISTO** **REALIZADO**

Campo 1 - Entrada
Campo onde estão as informações de entrada necessárias para executar a atividade respectiva.

Campo 2 - Atividades
Campo onde está listado todas as atividades que fazem parte do processo de fiscalização da concessão.

Campo 3 - Semana do Mês
Campo onde é feito o controle de execução da atividade (previsto e realizado)

Campo 4 - Saída
Campo onde estão as informações/registros de saída derivado da execução da atividade respectiva.

Figura 7 – “Layout” do Quadro de Controle de Atividades (QCA)

O entendimento e a utilização do quadro serão esclarecidos pelo procedimento PAF.OCM.038 – Utilização do QCA (Quadro de Controle de Atividades) em anexo.

Além deste, o Quadro de Planejamento de Atividades – QPA, é utilizado pela Equipe Técnica de Apoio Local para programar as atividades, para verificação de conformidades, que contemplam o processo de fiscalização de concessões. O QPA tem como objetivo fazer o planejamento semanal da equipe buscando o gerenciamento através do quadro.

O QPA é composto por três campos. No campo reservado para o planejamento descreve-se, para cada dia da semana, a equipe responsável e o trecho a ser verificado.

QUADRO DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

Campos explicados:

- Campo 1 - Entrada:** Campo onde estão as informações de entrada necessárias para executar a atividade respectiva.
- Campo 2 - Atividades:** Campo onde está listado todas as atividades que fazem parte do processo de fiscalização.
- Campo 3 - Semana do Mês:** Campo onde está descrito a programação das atividades da semana, divididas por turnos (manhã e tarde). Cada campo deve ser preenchido com detalhes sobre o trecho a ser fiscalizado além da equipe responsável.
- Campo 4 - Equipe:** Campo onde está descrito o nome dos colaboradores que fazem parte da equipe.
- Campo 5 - Cabeçalho:** Campo onde se encontra as informações essenciais como: nome do lote; responsável; mês vigente. O modelo de preenchimento do quadro para a atualização das informações também estão nesse campo.

ENTRADA		ATIVIDADE	SEGUNDA	TERÇA	SEMANA QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
CS-4	-A	Verificar os Livros de Reclamações						
CS-4-1-1		Verificar registros do 0800						
SR-5-1 e SR-5-		Verificar os Elementos de Segurança e Fiscalização (Vert., ...)						
		Verificar as Publicidades na faixa de domínio e entorno						
TV-3-1-A e TV-3-1-B		Verificar o Fluxo veicular das praças de pedágio						
E1 - EQUIPE 1								
E2 - EQUIPE 2								

Figura 8 – “Layout” do Quadro de Planejamento de Atividades (QPA).

O quadro deve ser utilizado pela equipe de Gerenciamento seguindo o procedimento PAF.OCM.039 – Utilização do QPA (Quadro de Planejamento de Atividades), em anexo.

As atividades de verificação de conformidades pertinentes à fiscalização de operação, conservação e manutenção são subdivididas em oito temáticas que contemplam o escopo de atuação descrito anteriormente. A figura a seguir apresenta as temáticas:

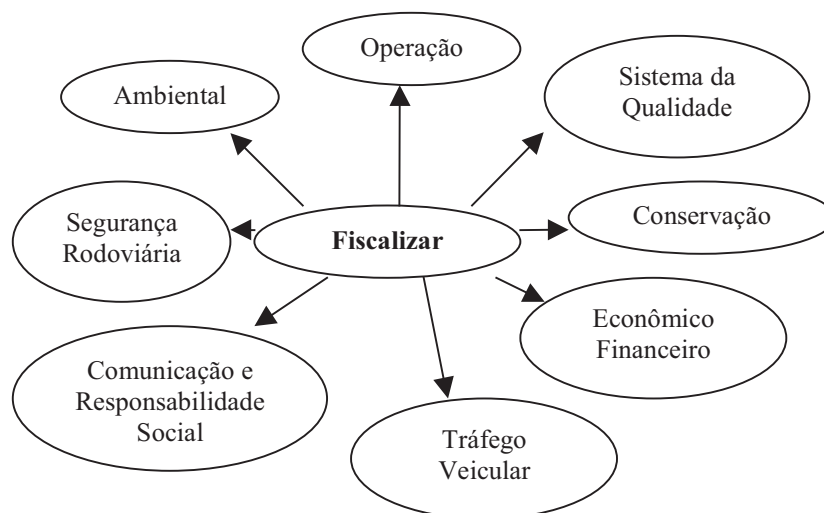


Figura 9 – Estrutura das Atividades de Verificação de Conformidades do Processo de Fiscalização de Operação, Conservação e Manutenção.

A seguir são apresentadas as temáticas, baseadas no Relatório de Conformidade, e seus respectivos procedimentos essenciais.

7.2.1. Comunicação e Responsabilidade Social:

Tem como objetivo analisar o bom relacionamento entre a concessão e os seus clientes e, conseqüentemente, com toda a comunidade. Isso pode ser observado pelas ações de responsabilidade social, notícias na mídia, eventos culturais, patrocínios, programas de apoio à comunidade, ações judiciais e de comportamento.

O procedimento essencial para essa temática é o PAF.OCM.036 – Verificação do Livro de Reclamações e Registros de 0-800.

7.2.2. Segurança Rodoviária:

Tem como objetivo assegurar a segurança ao usuário. Para tanto, a equipe deve observar dados estatísticos históricos, fatos acontecidos no período, análises, comparativos, planos de ação e previsões relativas à sinalização de trânsito e à segurança viária, em todo o trecho rodoviário.

Dentro deste contexto, classificam-se como procedimentos essenciais os abaixo listados:

- PAF.OCM.020 – Verificação da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança - rodovias de acesso;
- PAF.OCM.019 – Verificação da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança - rodovias principais.

7.2.3. Tráfego Veicular:

Tem como objetivo assegurar ao usuário uma boa fluidez do tráfego nas rodovias. Para isso, a Equipe Técnica de Apoio Local faz a análise dos registros e das ações desenvolvidas referentes aos fluxos veiculares nas praças de pedágio, rotas de inspeção e receitas oriundas do pedagiamento.

Dentro deste contexto, classificam-se como procedimentos essenciais os abaixo listados:

- PAF.OCM.023 – Verificação das rotas de inspeção;
- PAF.OCM.026 – Verificação do fluxo veicular nas praças de pedágio.

7.2.4. Operações:

Tem como objetivo assegurar o bom funcionamento das atividades operacionais por meio da verificação dos serviços de atendimentos pré-ambulatoriais, socorro mecânico, guincho, inspeção, apreensão e remoção de animais, atendimentos nas praças de pedágio, atendimentos no SAU e verificação das balanças.

Dentro deste contexto, classificam-se como procedimentos essenciais os abaixo listados:

- PAF.OCM.001 – Realização da avaliação operacional das instalações;
- PAF.OCM.002 – Realização da avaliação operacional dos veículos;
- PAF.OCM.003 – Realização de avaliação operacional dos equipamentos;
- PAF.OCM.005 – Verificação da cobrança na praça de pedágio;
- PAF.OCM.021 – Verificação das balanças – excesso de peso;
- PAF.OCM 024 – Verificação do atendimento mecânico;

- PAF.OCM.025 – Verificação do atendimento pré-hospitalar;
- PAF.OCM.031 – Verificação do atendimento de incidentes.

7.2.5. Conservação:

Tem como objetivo assegurar a qualidade dos serviços de conservação das rodovias principais e de acesso, executados pela Concessionária.

Dentro deste contexto, classificam-se como procedimentos essenciais os abaixo listados:

- PAF.OCM.006 – Verificação da conservação das rodovias de acesso – pavimento, acostamento e faixas de domínio, drenagem e OAE.
- PAF.OCM.012 – Verificação da conservação das rodovias principais- pavimento, acostamento e faixas de domínio, drenagem, instalações e OAE;

7.2.6. Econômico Financeiro:

Tem como objetivo verificar a situação mensal de andamento do programa, constando do registro de dados referentes aos quantitativos financeiros do lote da concessão no que se refere ao fluxo de caixa e à arrecadação. Para isso, são verificados os cronogramas financeiros, registros de receitas, desembolsos, financiamentos e seguros, além dos balancetes.

7.2.7. Ambiental:

Tem como objetivo garantir que ações referentes à Gestão Ambiental estejam sendo desenvolvidas. Para isso, são verificados os treinamentos, eventos, acidentes com animais silvestres, acidentes envolvendo cargas e produtos perigosos, incêndios, invasões, faixas de domínio, áreas de proteção, impactos ambientais, passivos ambientais, programas e projetos ambientais.

O acompanhamento deve ser feito conforme Relatório Semestral de Conformidade, contido no Capítulo 2 – Ambiental.

7.2.8. Sistema da Qualidade:

Tem como objetivo garantir que ações referentes ao Sistema de Gestão da Qualidade estão sendo desenvolvidas. Para isso, verifica-se a existência de

iniciativas para normalização, padronização, treinamento, eventos e programas abrangentes a todas as atividades da concessão.

O acompanhamento deve ser feito conforme Modelo para Elaboração do Relatório Semestral de Conformidade, com instruções contidas no Capítulo 3 – Sistema da Qualidade.

7.3. INFRAÇÕES E PENALIDADES:

Considera-se dentro deste item o procedimento de aplicação de notificação relacionado com a aplicação de penalidades às não-conformidades encontradas durante o processo de fiscalização da concessão, procedimento denominado PAF.IP.001 – Notificação.

Estes procedimentos possuem grande vínculo com a Cláusula LVII – das sanções administrativas, e com a Cláusula LVIII – do processo de penalidades do Contrato de Concessão.

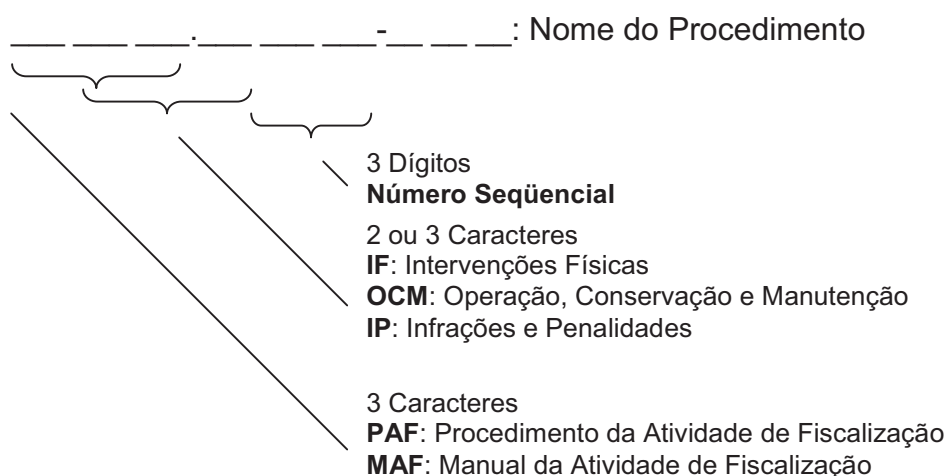
8. CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO

Para a utilização eficaz do manual, os usuários deverão seguir um padrão para identificação, emissão, revisão, alteração, distribuição e local de armazenamento dos diversos procedimentos e registros.

8.1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E REGISTROS:

Todos os procedimentos do processo de gerenciamento de concessão possuem uma codificação padronizada para facilitar o rastreamento.

Formato padrão do Código:



Exemplo: PAF.IF-001 – Aceite de Projetos

- Procedimento da **Atividade de Fiscalização (PAF)**
- Grupo de **Intervenções Físicas (IF)**
- Número **001**
- Nome do procedimento: **Aceite de Projetos**

Os registros podem ser identificados seguindo as instruções dos Procedimentos e do Modelo para Elaboração de Relatório de Conformidade.

8.2. ESTRUTURA DOS PROCEDIMENTOS E REGISTROS:

Cada grupo (operação, conservação e manutenção; intervenções físicas; infrações e penalidades) é composto por temáticas que contemplam o processo de fiscalização. Dentro destas estão os procedimentos pertinentes (PAF) para orientar o colaborador na execução das atividades. Os registros estão estruturados dentro de cada procedimento.

Os procedimentos e registros do processo de fiscalização estão estruturados conforme a figura a seguir:

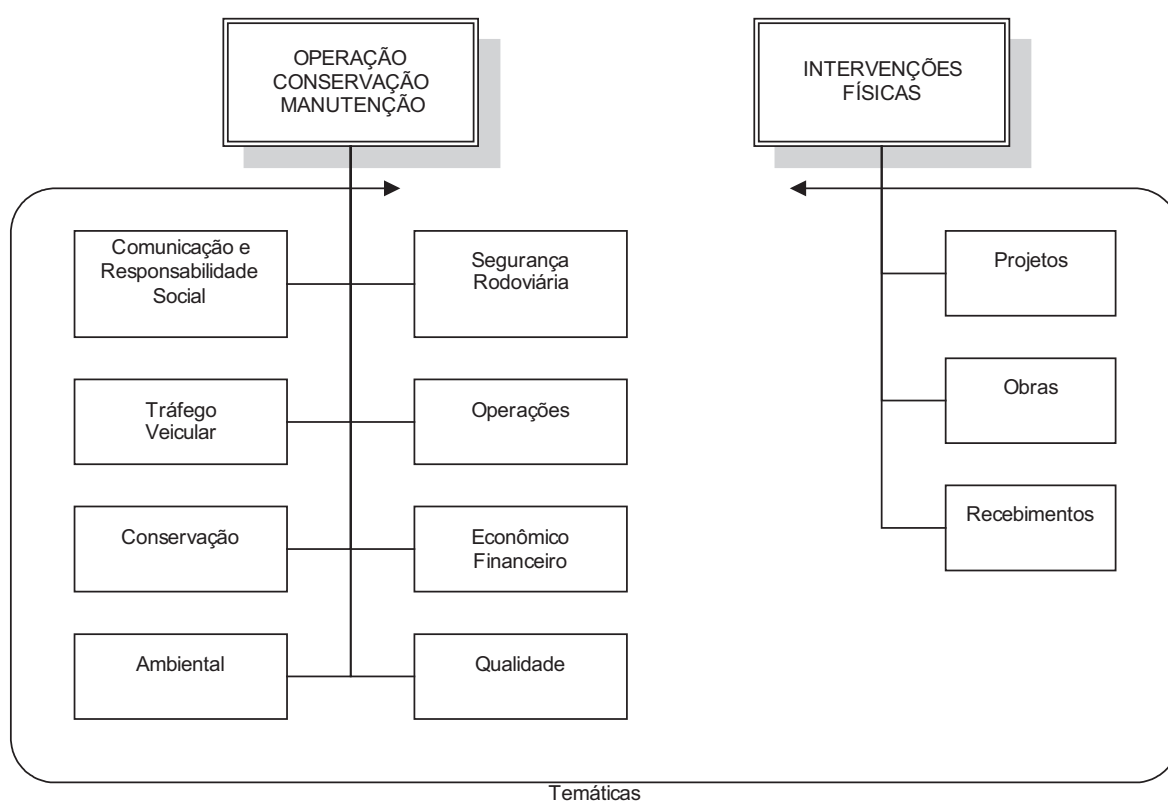


Figura 10 – Estrutura dos Procedimentos do Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária

8.3. EMISSÃO, REVISÃO E ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E REGISTROS:

A emissão e a alteração dos procedimentos ou registros deste manual podem ser sugeridas pelos colaboradores envolvidos no processo de fiscalização de concessões, porém as alterações e os novos procedimentos

devem ser validados pela coordenação de concessão e pedagiamento rodoviário. Lembra-se que todos os procedimentos ou registros emitidos ou alterados devem seguir o formato padrão. Sempre que houver alteração e/ou emissão de novos procedimentos e/ou registros, é necessário que se anote isso na Lista Mestre.

A revisão dos procedimentos deve ser feita periodicamente conforme a previsão descrita na Lista Mestre, que segue em anexo. Os registros devem ser revisados juntamente com os procedimentos.

		Lista Mestre de Procedimentos <i>Operação, Conservação e Manutenção</i>		REVISÃO: 00 EMIÇÃO: JUL/10
CÓDIGO	TÍTULO	VERSÃO	DATA DA PRÓXIMA REVISÃO	RESPONSÁVEL PELA ALTERAÇÃO
PAF.OCM.001	Realização da avaliação operacional das instalações	V00		
PAF.OCM.002	Realização da avaliação operacional dos veículos	V00		
PAF.OCM.003	Realização de avaliação operacional dos equipamentos	V00		
PAF.OCM.004	Realização do monitoramento da lei seca	Excluído		
PAF.OCM.005	Verificação da cobrança nas praças de pedágio	V00		
PAF.OCM.006	Verificação da conservação das rodovias de acesso - pavimento, acostamento e faixas de domínio, drenagem e OAE	V00		
PAF.OCM.007	Verificação da conservação das rodovias de acesso - acostamento e faixas de domínio	Não utilizado		

Figura 11 – Controle de Registros do DER.

A Equipe Técnica de Apoio Local deve seguir os procedimentos pertinentes descritos neste Manual avaliando também as informações do Relatório de Gestão para realização da avaliação de conformidade. Esses procedimentos gerarão uma série de fichas de registros, que integrarão o Relatório de Conformidade. Além disso, é importante ressaltar que todas as incidências de não-conformidades encontradas devem ser documentadas por meio de registros fotográficos inseridos nas fichas de notificação, estas que farão parte do Anexo Digital – Arquivo Fotográfico

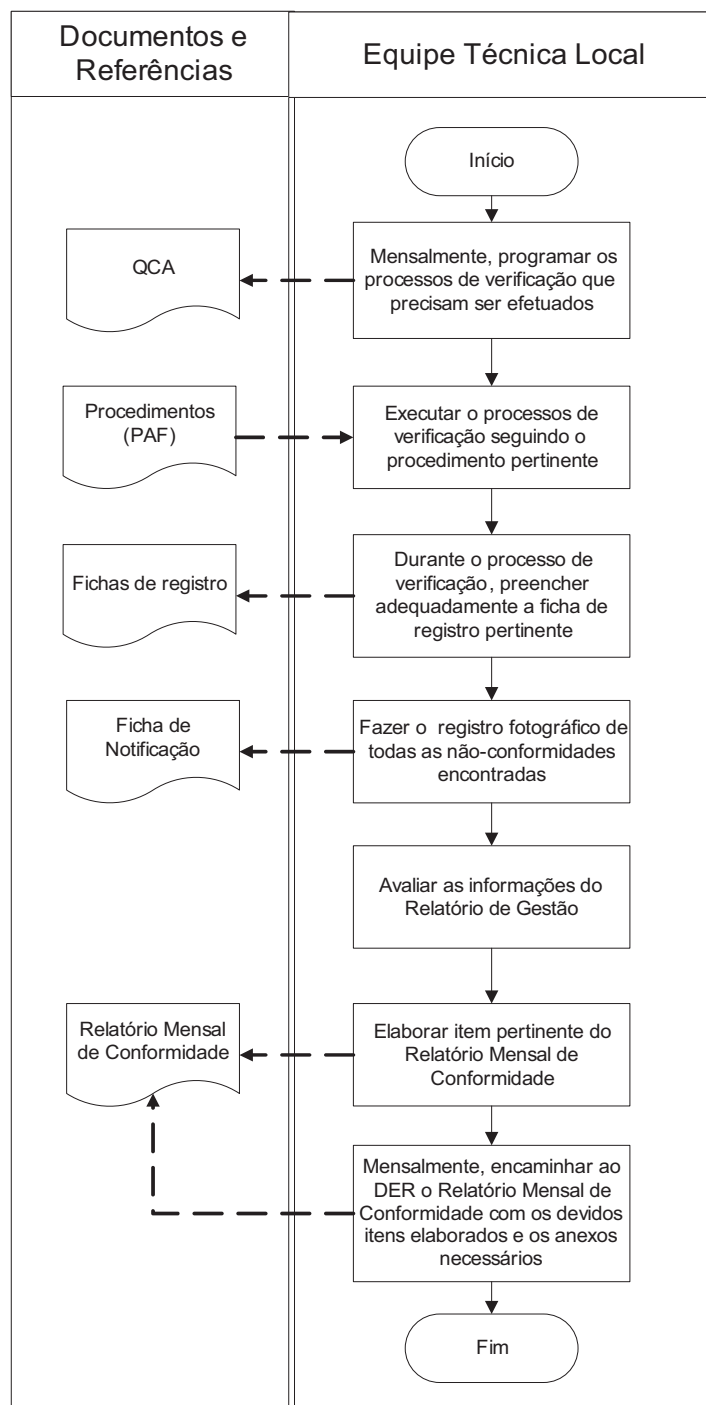


Figura 12 – Utilização dos Procedimentos e Elaboração dos Registros.

8.4. DISTRIBUIÇÃO:

Convém que o método de distribuição dos documentos assegure a disponibilidade da versão apropriada às pessoas que necessitam das

informações contidas nos documentos. O Manual é composto de vários procedimentos independentes que seguem em anexo.

9. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Os procedimentos padronizados neste Manual devem respeitar e obedecer, no que couber, ao disposto nas seguintes normas:

- A “Policy on Geometric Design of Rural Highways”, da AASHTO, no tocante a Projetos de Interseções;
- Álbum de Projetos Tipo de Dispositivos de Drenagem, da DEP/DNER;
- Álbum de Projetos Tipo, do DER/PR;
- CTB – Código de Trânsito Brasileiro;
- Cláusulas dos Editais da Concorrência Internacional;
- Decreto Estadual n.º 2.458, de 14 de agosto de 2000, alterado pelo Decreto n.º 4.475, de 14 de março de 2005, que regulamenta o DER/PR;
- Especificações de Serviços Rodoviários do DER/PR;
- Especificações de Materiais para Serviços Rodoviários do DER/PR;
- Especificações Gerais para Obras Rodoviárias do DNIT;
- Especificações de Serviços de Drenagem do DNIT;
- Estatuto Social;
- Instruções Técnicas do DER/PR;
- Instruções para o Projeto Geométrico de Rodovias Rurais do DNIT;
- Instruções para Superelevação e Superlargura em Projetos Rodoviários do DNIT;
- Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências;
- Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre a proteção ao consumidor e outras providências;
- Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e da Portaria n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, que aprovam as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;

- Lei n.º 8.656, de 21 de maio de 1993, que altera o dispositivo da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços;
- Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorgas e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos;
- Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná;
- Lei n.º 9.277, de 10 de maio de 1996, que autoriza a União a delegar aos Municípios, Estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais;
- Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Manual de Execução de Serviços do DER/PR;
- Manual de Procedimentos Ambientais do DER/PR;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergência, do DNIT;
- NBR 5671/90, da ABNT, que dispõe sobre a participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura;
- Normas de Segurança para Trabalhos em Rodovias, do DER/PR;
- NR-9004: Manual da Qualidade;
- Norma ISO 9004;
- Proposta Comercial;
- Portaria n.º 368, de 11 de setembro de 1996, que trata da delegação, pelo MT, mediante regime de autorização, aos Municípios, Estados da Federação ou ao Distrito Federal, ou a consórcio entre eles, da administração de rodovias e da exploração de trechos de rodovias ou obras rodoviárias federais;
- Resoluções do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.

10. APÊNDICES

➤ VOLUME 1

APÊNDICE 1 – Procedimentos relacionados ao item 7.1 – Intervenções Físicas

APÊNDICE 2 – Procedimentos relacionados ao item 7.2 – Operação, Conservação e Manutenção

APÊNDICE 3 – Procedimentos relacionados ao item 7.3 – Infrações e Penalidades

➤ VOLUME 2

APÊNDICE 4 – Relatório de Conformidade Mensal e Semestral

➤ VOLUME 3

APÊNDICE 5 – Relatório de Gestão Mensal e Semestral

➤ VOLUME 4

APÊNDICE 6 – Procedimentos Não Utilizados na Versão 2010



APÊNDICE 1

Procedimentos relacionados ao
Item 7.1 – Intervenções Físicas



Lista Mestre de Procedimentos

Intervenções Físicas

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10

CÓDIGO	TÍTULO	VERSÃO	DATA DA PRÓXIMA REVISÃO	RESPONSÁVEL PELA ALTERAÇÃO
PAF.IF.001	Aceite de projetos	V00		
PAF.IF.002	Controle de aceitação e aprovação dos projetos	V00		
PAF.IF.003	Controle de obras	Em andamento		
PAF.IF.004	Recebimento provisório de obras	V00		
PAF.IF.005	Recebimento definitivo de obras	V00		



Lista Mestre de Registros

Intervenções Físicas

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10

IDENTIFICAÇÃO		LOCAL DE ARMAZENAMENTO
CÓDIGO	TÍTULO	
Ficha PO-3-1-A	Avaliação de Conformidades – Projetos de Investimento – Ano Corrente	Superintendência Regional
Ficha PO-3-2-A	Avaliação de Conformidades – Projetos de Investimento – Anos Subsequentes	Superintendência Regional



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná -
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba Paraná
Fone (41) 3304 8000
Fax (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.IF.001/10-00

ACEITE DE PROJETOS

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

05 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e Referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de Aplicação
- 5 Principal Produto Gerado
- 6 Descrição do Procedimento
- 7 Tratamento de Registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Logo e formatação	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo orientar o Gerente de Obras e Serviços, a Superintendência Regional e a Coordenadoria de Concessão e quanto à execução do acompanhamento, recebimento, análise, aceitação e aprovação dos projetos finais de engenharia para a execução de obras nas rodovias do Programa de Concessão Rodoviária no Estado do Paraná.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão;
- 2.6. Comunicado de Execução de Projeto (projeto e orçamento);
- 2.7. Normas Técnicas;
- 2.8. Ordem de Serviço N° 003/2002 – DG.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Análise técnica de projetos: de acordo com a Ordem de Serviço N° 003/2002 – DG, a análise deverá avaliar se o projeto atende às normas e especificações, e aos padrões técnicos exigidos, e se as soluções estruturais ou funcionais adotadas são adequadas. Uma solução estrutural ou funcional pode ser considerada adequada quando utiliza metodologias usuais e aceitas por órgãos rodoviários reconhecidos, utiliza dados levantados no campo e devidamente tratados e analisados, atende às normas e especificações técnicas da ABNT, do DER ou de outros órgãos rodoviários reconhecidos e quando atende aos Padrões Técnicos estabelecidos pelo PER.
- 3.2. Análise temporal de projetos: de acordo com a Ordem de Serviço N° 003/2002 – DG, a análise deverá verificar se a obra, de que trata o projeto, está prevista na Proposta Comercial ou no Termo Aditivo vigente, inclusive quanto ao ano previsto para a sua execução. Um projeto está adequado do ponto de

vista temporal quando a época prevista para a execução da obra ou serviço a que se refere o projeto é a prevista no cronograma de obras apresentado pela concessionária e aceito pelo DER.

3.3. Análise econômico-financeira de projetos: a análise deverá verificar se o orçamento apresentado está adequado com a Proposta Comercial da Concessionária ou com o Termo Aditivo em vigor. Um projeto ou serviço está adequado do ponto de vista econômico-financeiro quando o seu custo é o previsto na Proposta Comercial ou no Termo Aditivo em vigor, ou ainda, quando seu valor, apesar de diferente, foi aprovado pelo DER.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

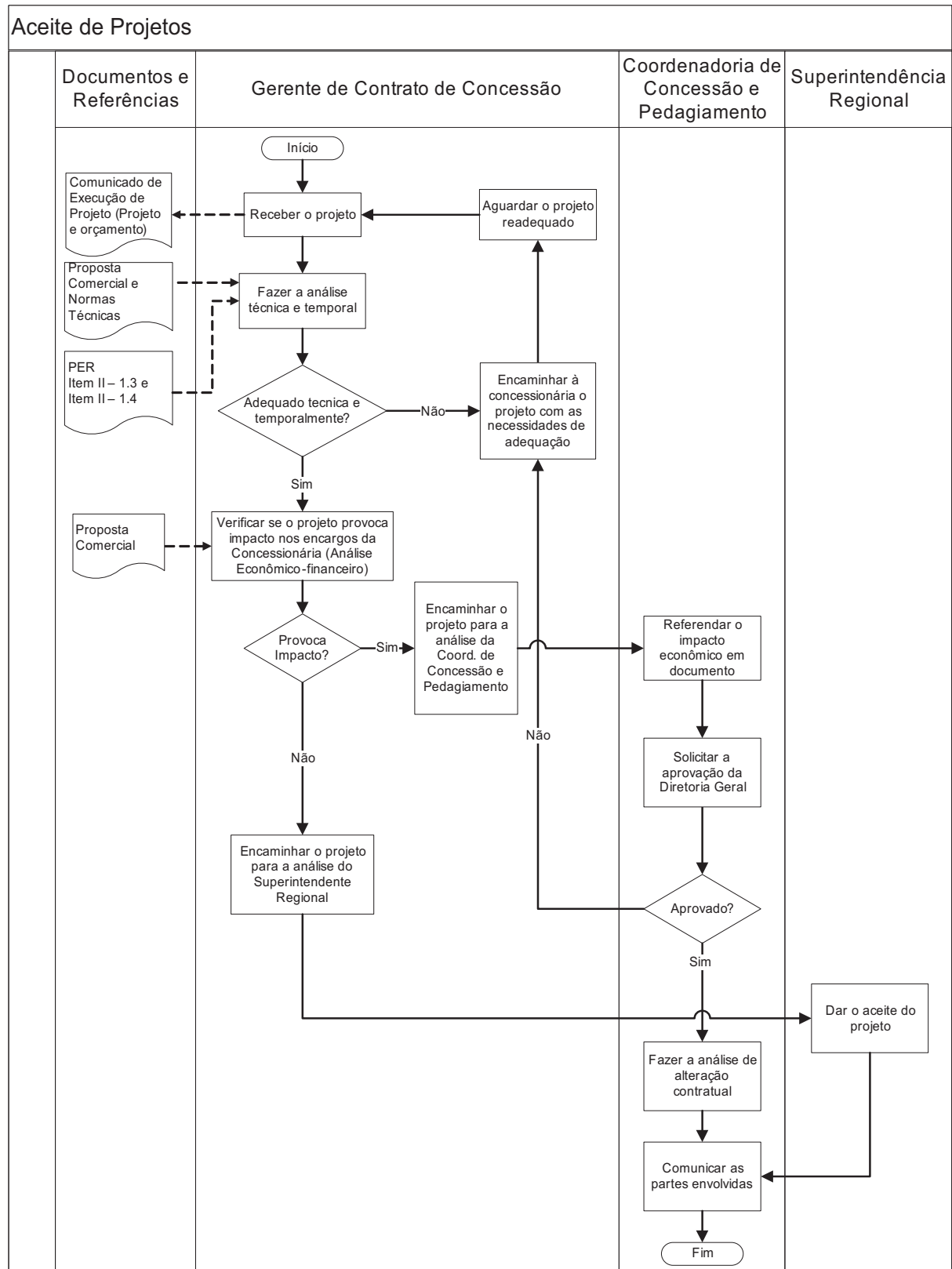
- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Aceite ou aprovação do projeto

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Não se aplica.

8. ANEXOS

Não se aplica



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná -
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba Paraná
Fone (41) 3304 8000
Fax (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.IF.002/10-00

CONTROLE DE ACEITAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

07 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e Referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal Produto Gerado
- 6 Descrição do Procedimento
- 7 Tratamento de Registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Logo e formatação	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

O presente procedimento tem como objetivo instruir a Equipe Técnica Local no controle da situação geral dos projetos de restauração e de obras de melhoria e ampliação da capacidade.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão;
- 2.6. Arquivo do Processo do Projeto – Documentação interna do DER.

3. DEFINIÇÕES

3.1. Análise técnica de projetos: de acordo com a Ordem de Serviço N° 003/2002 – DG, a análise deverá avaliar se o projeto atende às normas e especificações, e aos padrões técnicos exigidos, e se as soluções estruturais ou funcionais adotadas são adequadas. Uma solução estrutural ou funcional pode ser considerada adequada quando utiliza metodologia usuais e aceitas por órgãos rodoviários reconhecidos, utiliza dados levantados no campo e devidamente tratados e analisados, atende às normas e especificações técnicas da ABNT, do DER ou de outros órgãos rodoviários reconhecidos e quando atende aos padrões técnicos estabelecidos pelo PER.

3.2. Análise temporal de projetos: de acordo com a Ordem de Serviço N° 003/2002 – DG, a análise deverá verificar se a obra de que trata o projeto está prevista na Proposta Comercial ou no Termo Aditivo vigente, inclusive quanto ao ano previsto para a sua execução. Um projeto está adequado do ponto de vista temporal quando a época prevista para a execução da obra ou serviço a

que se refere o projeto é a prevista no cronograma de obras apresentado pela Concessionária e aceito pelo DER.

3.3. Análise econômico-financeira de projetos: a análise deverá verificar se o orçamento apresentado está adequado com a Proposta Comercial da Concessionária ou com o Termo Aditivo em vigor. Um projeto ou serviço está adequado do ponto de vista econômico-financeiro quando o seu custo é o previsto na Proposta Comercial ou no Termo Aditivo em vigor, ou ainda, quando seu valor, apesar de diferente, foi aprovado pelo DER.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

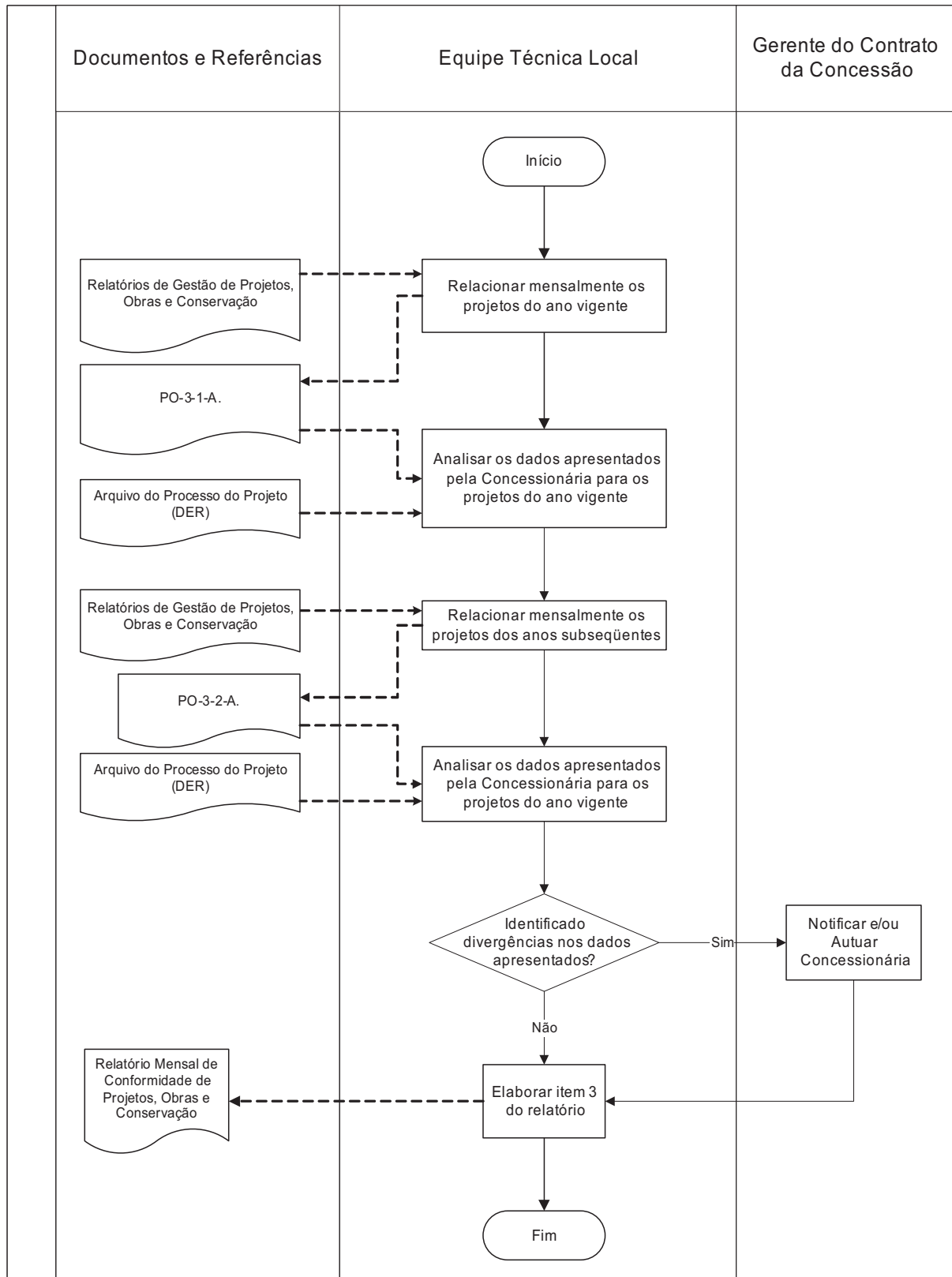
- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Relação, descrição e situação dos projetos de obras de restauração e de obras de melhoria e ampliação de capacidade para o ano subsequente (item 3.1 do Relatório de Conformidade de Projetos, Obras e Conservação) e para os anos subsequentes (item 3.2 do Relatório de Conformidade de Projetos, Obras e Conservação).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha PO-3-1-A	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão
Ficha PO-3-2-A	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão

Anexo 2 - Ficha PO-3-2-A

[illegible]

[illegible]

1. OBJETIVO

Este procedimento tem como objetivo orientar o Gerente de Obras e/ou Serviços quanto ao recebimento provisório de obras e/ou serviços junto a concessionária.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório;
- 2.6. Ordem de Serviço nº07/2002 - DG.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Recebimento Provisório: o recebimento da obra em caráter temporário pelo DER/PR. Em outras palavras, deve caracterizar apenas que a concessionária comunica ao DER/PR ter terminado a obra de acordo com os termos contratuais, e que a obra está apta a ser observada e vistoriada pelo DER/PR.
- 3.2. Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório: documento elaborado pela concessionária, no qual apresenta todas as circunstâncias que ocorreram sobre a obra, (projeto, alterações, controle de qualidade, registros fotográficos, quantitativos, etc.).
- 3.3. Comissão de Recebimento: comissão designada pelo Diretor Geral do DER/PR que recebe do Gerente de Obras e/ou Serviços cópia do Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório da Obra com a função de elaborar o Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo da Obra.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

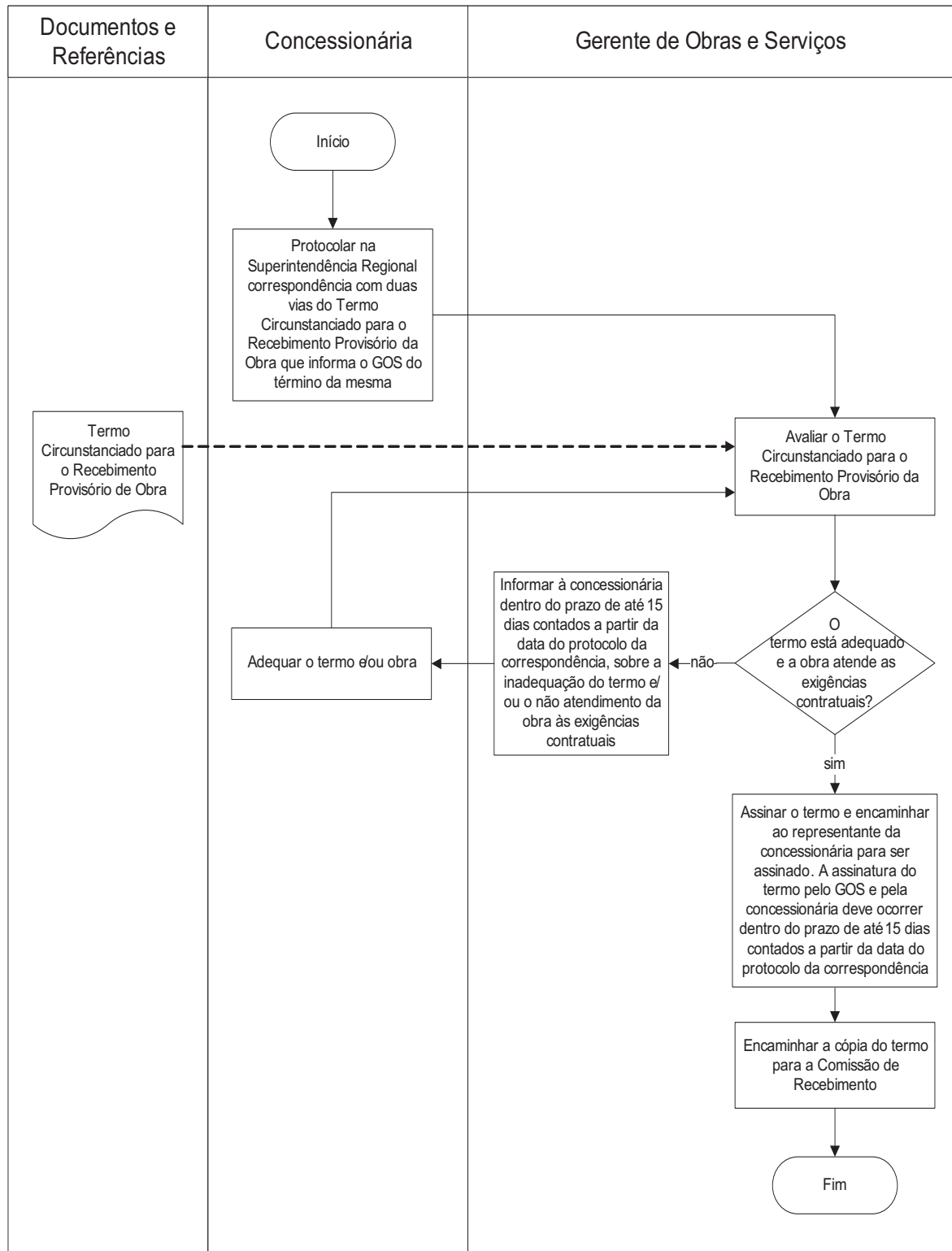
- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Recebimento provisório da obra.

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



Observações:

- o recebimento provisório não exclui a responsabilidade civil da concessionária pela solidez e segurança da obra ou serviço realizado, nem a responsabilidade ético-profissional pelo perfeito atendimento das condições contratuais;
- sempre que a obra não esteja adequada aos termos contratuais, a comissão não receberá definitivamente. Para todos os efeitos, passado o prazo para o recebimento definitivo sem que a concessionária tenha adequado o Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório, ou que a concessionária não tenha apresentado os ensaios ou informações solicitados ou procedido a adequação da obra, o recebimento provisório perde a sua validade;
- no caso da inadequação do Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório, da inadequação da obra, ou da não entrega das informações ou ensaios solicitados pela comissão, ou de qualquer outro impedimento à assinatura do termo provocado pela concessionária, adotar os procedimentos que constam nos itens 18 a 24 da cláusula LXV do contrato de concessão;
- todas as comunicações para a concessionária, no que concerne ao não atendimento da obra ou serviço aos padrões técnicos do PER, à inadequação do Termo Circunstanciado ou a solicitação de ensaios ou de informações, deve ser por escrito, datado e com “ciente” da concessionária;
- os prazos a serem cumpridos são:
 - a) Até o último dia útil do ano de execução da obra para a entrega da comunicação da concessionária ao DER/PR informando sua conclusão;
 - b) Até noventa dias para o DER/PR preparar o Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo e as partes o assinarem, contados a partir da data do aceite provisório, salvo em caso excepcional justificado pelo Diretor Geral do DER/PR.

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Nome do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Não aplicável

1. OBJETIVO

Este procedimento tem como objetivo orientar a Comissão de Recebimento quanto à emissão do Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo da Obra.

2. NORMAS E DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 2.2. Contrato de Concessão.
- 2.3. Proposta Comercial.
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias.
- 2.5. Termo Circunstanciado para Recebimento Definitivo de Obras.
- 2.6. Ordem de Serviço n.º 07/2002 – DG.

3. DEFINIÇÕES

3.1. Recebimento Definitivo: o recebimento da obra em caráter definitivo pelo DER/PR. Fica ressalvado que este recebimento não exclui da concessionária, em tempo algum, a sua responsabilidade civil e sua responsabilidade pela manutenção dos parâmetros de qualidade da obra, conforme o PER, e mais as responsabilidades previstas nas leis que regem o assunto, durante todo o período da concessão. O recebimento definitivo pelo DER/PR, significa que a obra foi observada e vistoriada pela comissão de recebimento designada pelo Diretor Geral, e que atende aos termos contratuais. Em outras palavras, o DER/PR confirma que a obra foi executada conforme o projeto executivo e as possíveis alterações apresentadas, aceitos e aprovados, e que atende aos padrões técnicos do PER.

3.2. Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo: documento elaborado pela comissão de recebimento, no qual se atesta que a obra foi executada conforme o projeto executivo ou alterações aceitas ou aprovadas, e

que atende a todos os padrões técnicos exigidos pelo PER e que o DER/PR a recebe em caráter definitivo.

3.3. Comissão de Recebimento: comissão designada pelo Diretor Geral do DER/PR que recebe do Gerente de Obras e/ou Serviços cópia do Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório da Obra com a função de elaborar o Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo da Obra.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

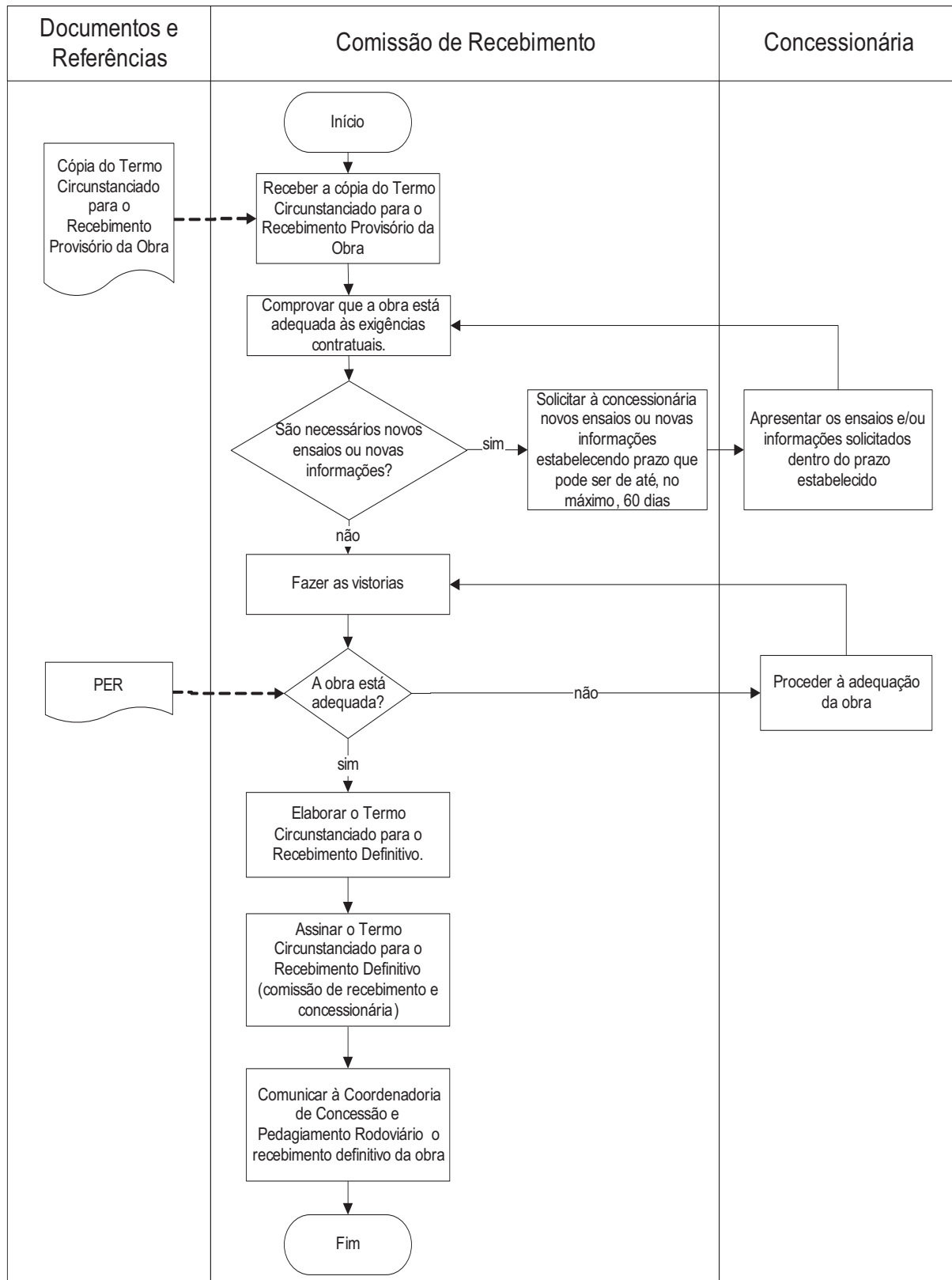
- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Recebimento definitivo da obra.

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



Observações:

- sempre que a obra não esteja adequada aos termos contratuais, a comissão não a receberá definitivamente. Para todos os efeitos, passado o prazo para o recebimento definitivo sem que a concessionária tenha adequado o termo circunstanciado para o recebimento provisório, ou que a concessionária não tenha apresentado os ensaios ou informações solicitados ou procedido a adequação da obra, o recebimento provisório perde sua validade;
- no caso da inadequação do termo circunstanciado para o recebimento provisório, da inadequação da obra, ou da não entrega das informações ou ensaios solicitados pela comissão, ou de qualquer outro impedimento à assinatura do termo provocado pela concessionária, adotar os procedimentos que constam nos itens 18 a 24 da cláusula LXV do contrato de concessão;
- todas as comunicações para a concessionária, no que concerne ao não atendimento da obra ou serviço aos padrões técnicos do PER, à inadequação do termo circunstanciado ou a solicitação de ensaios ou de informações, deve ser por escrito, datadas e com “ciente” da concessionária;
- O prazo a ser cumprido é:
 - a) Até noventa dias para o DER/PR preparar o Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo e as partes o assinarem, contados a partir da data do aceite provisório, salvo em caso excepcional justificado pelo Diretor Geral do DER/PR;
- o recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da concessionária pela solidez e segurança da obra ou serviço realizado, nem a responsabilidade ético-profissional pelo perfeito atendimento das condições contratuais;
- a comissão de recebimento tem competência para solicitar auditorias técnicas, administrativas e financeiras, se julgar necessário. Estabelecer prazos para a realização destas auditorias, não superiores a sessenta dias. A contagem dos demais prazos é interrompida durante a execução destas auditorias;
- a Coordenadoria de Concessão e Pedagiamento – CCP/DOP deve apresentar as concessionárias o modelo do Termo Circunstanciado para o Recebimento Provisório, e às comissões de recebimento o modelo do Termo

Circunstanciado para o Recebimento Definitivo. A CCP/DOP, sempre que necessário, deve atualizar os modelos dos termos de recebimento, e divulgar às concessionárias e às comissões de recebimento;

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Nome do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Termo Circunstanciado para o Recebimento Definitivo da Obra	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Não aplicável.



APÊNDICE 2

Procedimentos relacionados ao

Item 7.2 – Operação, Conservação e Manutenção



Lista Mestre de Procedimentos Operação, Conservação e Manutenção

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10

CÓDIGO	TÍTULO	VERSÃO	DATA DA PRÓXIMA REVISÃO	RESPONSÁVEL PELA ALTERAÇÃO
PAF.OCM.001	Realização da avaliação operacional das instalações	V00		
PAF.OCM.002	Realização da avaliação operacional dos veículos	V00		
PAF.OCM.003	Realização de avaliação operacional dos equipamentos	V00		
PAF.COM.004	Realização do monitoramento da lei seca	Excluído		
PAF.OCM.005	Verificação da cobrança nas praças de pedágio	V00		
PAF.OCM.006	Verificação da conservação das rodovias de acesso - pavimento, acostamento e faixas de domínio, drenagem e OAE	V00		
PAF.OCM.007	Verificação da conservação das rodovias de acesso - acostamento e faixas de domínio	Não utilizado		
PAF.OCM.008	Verificação da conservação das rodovias de acesso - drenagem	Não utilizado		
PAF.OCM.009	Verificação da conservação das rodovias de acesso - instalações	Não utilizado		
PAF.OCM.010	Verificação da conservação das rodovias de acesso - OAE	Não utilizado		
PAF.OCM.011	Verificação da conservação das rodovias de acesso - pavimentos	Não utilizado		
PAF.OCM.012	Verificação da conservação das rodovias principais - pavimento, acostamento e faixas de domínio, drenagem, instalações e OAE	V00		
PAF.OCM.013	Verificação da conservação das rodovias principais - acostamento e faixas de domínio	Não utilizado		
PAF.OCM.014	Verificação da conservação das rodovias principais - drenagem	Não utilizado		
PAF.OCM.015	Verificação da conservação das rodovias principais - instalações	Não utilizado		
PAF.OCM.016	Verificação da conservação das rodovias principais - OAE	Não utilizado		



Lista Mestre de Procedimentos Operação, Conservação e Manutenção

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10

CÓDIGO	TÍTULO	VERSÃO	DATA DA PRÓXIMA REVISÃO	RESPONSÁVEL PELA ALTERAÇÃO
PAF.OCM.017	Verificação da conservação das rodovias principais - pavimentos	Não utilizado		
PAF.OCM.019	Verificação da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança - rodovias principais	V00		
PAF.OCM.020	Verificação da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança - rodovias de acesso	V00		
PAF.OCM.021	Verificação das balanças - excesso de peso	V00		
PAF.OCM.023	Verificação das rotas de inspeção	V00		
PAF.OCM.024	Verificação do atendimento mecânico	V00		
PAF.OCM.025	Verificação do atendimento pré-hospitalar	V00		
PAF.OCM.026	Verificação do fluxo veicular nas praças de pedágio	V00		
PAF.OCM.027	Verificação do fluxo veicular nos sensores de tráfego ao longo das rodovias	Não utilizado		
PAF.OCM.028	Verificação do nível de serviço - HCM	Não utilizado		
PAF.OCM.029	Verificação visual do nível de serviço	Não utilizado		
PAF.OCM.030	Verificação do patrimônio	Não utilizado		
PAF.OCM.031	Verificação do atendimento de incidentes	V00		
PAF.OCM.032	Verificação dos dispositivos e sinalizações auxiliares	Não utilizado		
PAF.OCM.033	Verificação dos elementos de segurança	Não utilizado		



Lista Mestre de Procedimentos Operação, Conservação e Manutenção

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10


CÓDIGO	TÍTULO	VERSÃO	DATA DA PRÓXIMA REVISÃO	RESPONSÁVEL PELA ALTERAÇÃO
PAF.OCM.036	Verificação do Livro de Reclamações e Registros de 0800	V00		
PAF.OCM.037	Verificação dos segmentos homogêneos	Não utilizado		
PAF.OCM.038	Utilização do QCA - Quadro de Controle de Atividades	V00		
PAF.OCM.039	Utilização do QPA - Quadro de Planejamento de Atividades	V00		



Lista Mestre de Registros *Operação, Conservação e Manutenção*

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10

IDENTIFICAÇÃO		LOCAL DE ARMAZENAMENTO
CÓDIGO	TÍTULO	
Ficha CS-3-A	Avaliação de Conformidades - Notícias Veiculadas na Mídia	Superintendência Regional
Ficha CS-4-1-1-A	Avaliação de Conformidades - Livro de Reclamações	Superintendência Regional
Ficha CS-4-1-1-B	Avaliação de Conformidades - Call Center / Serviço 0800	Superintendência Regional
Ficha SR-2-1-A	Avaliação de Conformidades - Cadastro de Pontos Notáveis	Superintendência Regional
Ficha SR-5-1-1	Avaliação de Conformidades - Sinalização Viária - Rodovias Principais	Superintendência Regional
Ficha SR-5-1-2	Avaliação de Conformidades - Sinalização Viária - Rodovias de Acesso	Superintendência Regional
Ficha SR-5-2-1	Avaliação de Conformidades - Elementos de Segurança a Implantar - Rodovias Principais	Superintendência Regional
Ficha SR-5-2-2	Avaliação de Conformidades - Elementos de Segurança a Implantar - Rodovias de Acesso	Superintendência Regional
Ficha TV-3-1-A	Avaliação de Conformidades - Verificação de Fluxo Veicular na Praça de Pedágio	Superintendência Regional
Ficha TV-3-1-B	Verificação do Fluxo Veicular nas Praças de Pedágio	Superintendência Regional
Ficha TV-4-1-2	Avaliação de Conformidades - Rotas de Inspeção	Superintendência Regional
Ficha OP-3-1-1-A	Avaliação de Conformidades - Avaliação Operacional das Instalações	Superintendência Regional
Ficha OP-3-2-A	Avaliação de Conformidades - Situação dos Veículos da Concessionária	Superintendência Regional
Ficha OP-3-2-B	Avaliação de Conformidades - Situação dos Veículos de Terceiros	Superintendência Regional
Ficha OP-3-3-A	Avaliação de Conformidades - Localização e Situação dos Sensores de Tráfego	Superintendência Regional
Ficha OP-4-1-A	Avaliação de Conformidades - Verificação das Balanças - Excesso de Peso	Superintendência Regional
Ficha OP-4-2-A	Avaliação de Conformidades - Atendimento nas Praças de Pedágio	Superintendência Regional

	<p align="center">Lista Mestre de Registros <i>Operação, Conservação e Manutenção</i></p>		<p align="center">REVISÃO: 00 EMIÇÃO: JUL/10</p>
IDENTIFICAÇÃO		LOCAL DE ARMAZENAMENTO	
CÓDIGO	TÍTULO		
Ficha OP-4-3-A	Avaliação de Conformidades - Atendimento Pré-Hospitalar		Superintendência Regional
Ficha OP-4-3-B	Avaliação de Conformidades - Ambulância de Resgate		Superintendência Regional
Ficha OP-4-4-A	Avaliação de Conformidades - Atendimento Mecânico		Superintendência Regional
Ficha OP-4-4-B	Avaliação de Conformidades - Guincho		Superintendência Regional
Ficha OP-4-5-A	Avaliação de Conformidades - Atendimento de Incidentes		Superintendência Regional
Ficha OP-4-5-B	Avaliação de Conformidades - Caminhão-pipa		Superintendência Regional
Ficha OP-4-5-C	Avaliação de Conformidades - Caminhão para Remoção de Animais		Superintendência Regional
Ficha OP-4-5-D	Avaliação de Conformidades - Atendimento de Ocorrências		Superintendência Regional
Ficha PO-4-1-A	Avaliação de Conformidades - Obras de Restauração e Obras de Melhoria e Ampliação de Capacidade		Superintendência Regional
Ficha PO-5-1	Avaliação de Conformidades - Conservação das Rodovias Principais		Superintendência Regional
Ficha PO-5-2	Avaliação de Conformidades - Conservação das Rodovias de Acesso		Superintendência Regional

[illegible]

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da fiscalização da Infra-estrutura, envolvendo a Localização e a situação operacional das instalações, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório de Gestão de Operações.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: Selecionar as instalações conforme sequência de fiscalização.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

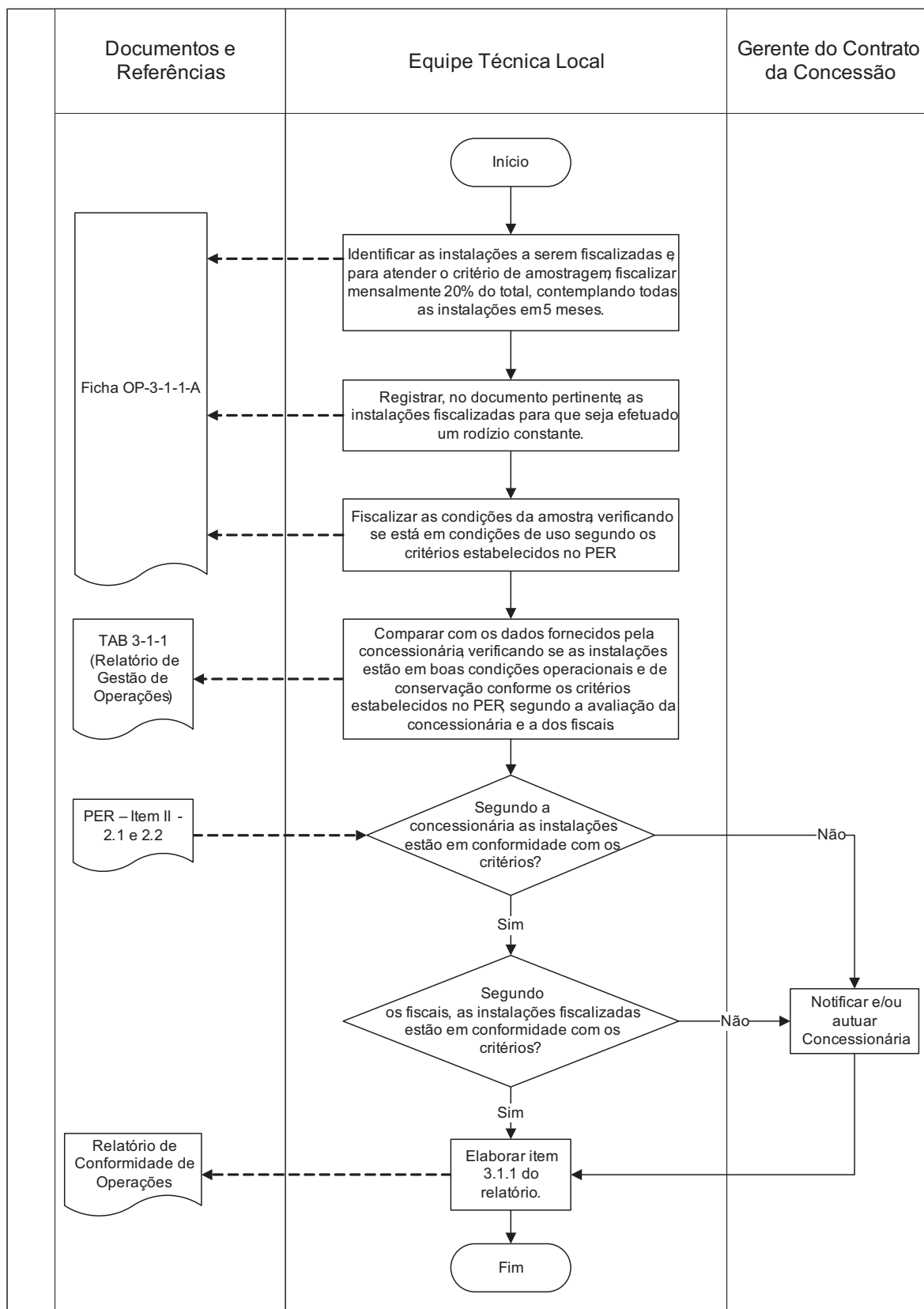
- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Relatório de localização e situação operacional das seguintes instalações: CCO, COC, Praças, Bases Operacionais, Balanças Fixas e Móveis, Postos de Policiamento e Fiscalização, Áreas de Manutenção e Conservação. (item 3.1.1 - Relatório de Conformidade de Operações).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha OP-3-1-1-A	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná -
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba Paraná
Fone (41) 3304 8000
Fax (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.002/10-00

REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO OPERACIONAL DOS VEÍCULOS

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

06 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal Produto Gerado
- 6 Descrição do Procedimento
- 7 Tratamento de Registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Logo e formatação	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da fiscalização da Infra-estrutura, envolvendo a situação operacional dos veículos, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório de Gestão de Operações.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: Selecionar veículos conforme sequência de fiscalização.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

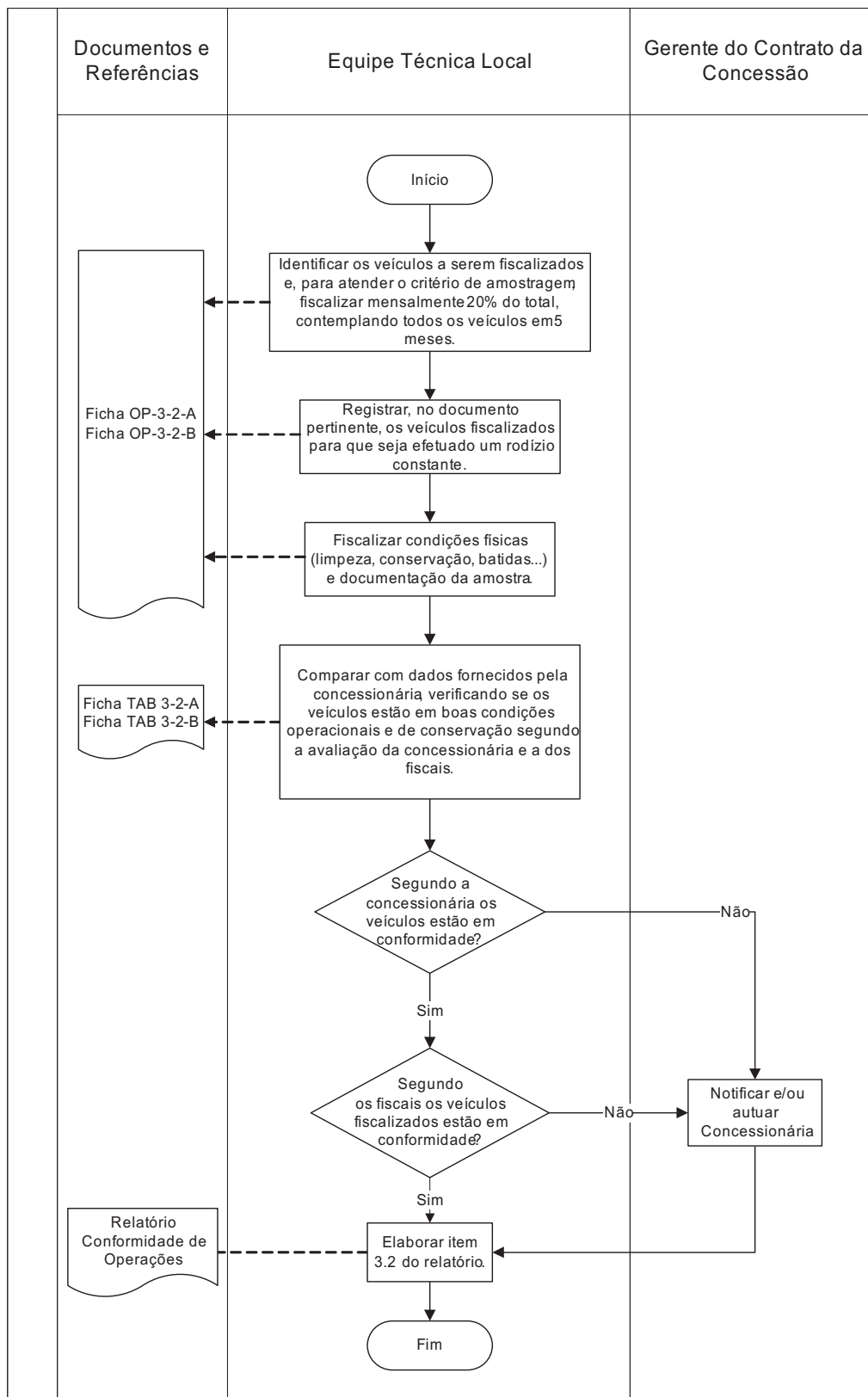
- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Relatório da quantidade, estado de conservação, e especificação dos veículos utilizados na concessão (item 3.2 do Relatório de Conformidade de Operações).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme Fluxograma abaixo:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha OP-3-2-A	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão
Ficha OP-3-2-B	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná -
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba Paraná
Fone (41) 3304 8000
Fax (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL DOS EQUIPAMENTOS

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

05 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal Produto Gerado
- 6 Descrição do Procedimento
- 7 Tratamento de Registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Logo e formatação	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da fiscalização da Infra-estrutura, envolvendo a situação operacional dos equipamentos, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Gestão de Operações.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: Selecionar equipamentos conforme sequência de fiscalização.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

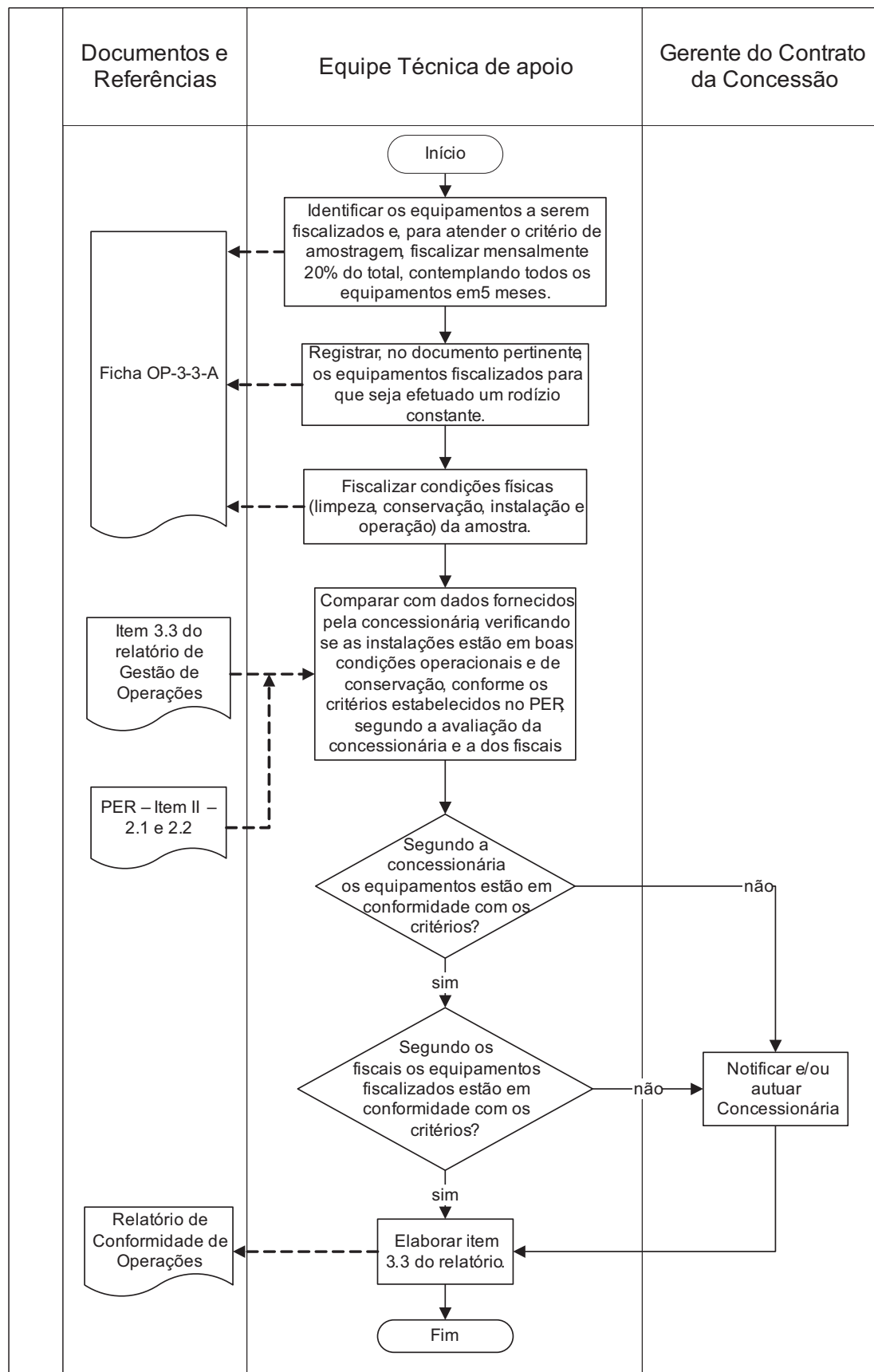
- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Relatório da quantidade, estado de conservação, e especificação dos equipamentos utilizados na concessão, incluindo seu estado geral de conservação (item 3.3 do Relatório de Conformidade de Operações).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme Fluxograma abaixo:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha OP-3-3-A	Superintendência Regional.	Período de duração da concessão

[illegible]

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação das atividades operacionais de atendimento na cobrança de pedágio, incluindo espera e cobrança, no que se refere ao tempo despendido para execução destas, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Tempo de Cobrança: tempo desde que o usuário entrega o pagamento, até a devolução do troco/recibo.
- 3.2. Tempo de Espera: tempo desde a primeira parada do veículo na fila da praça de pedágio até sua parada numa cabine disponível para atendimento.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

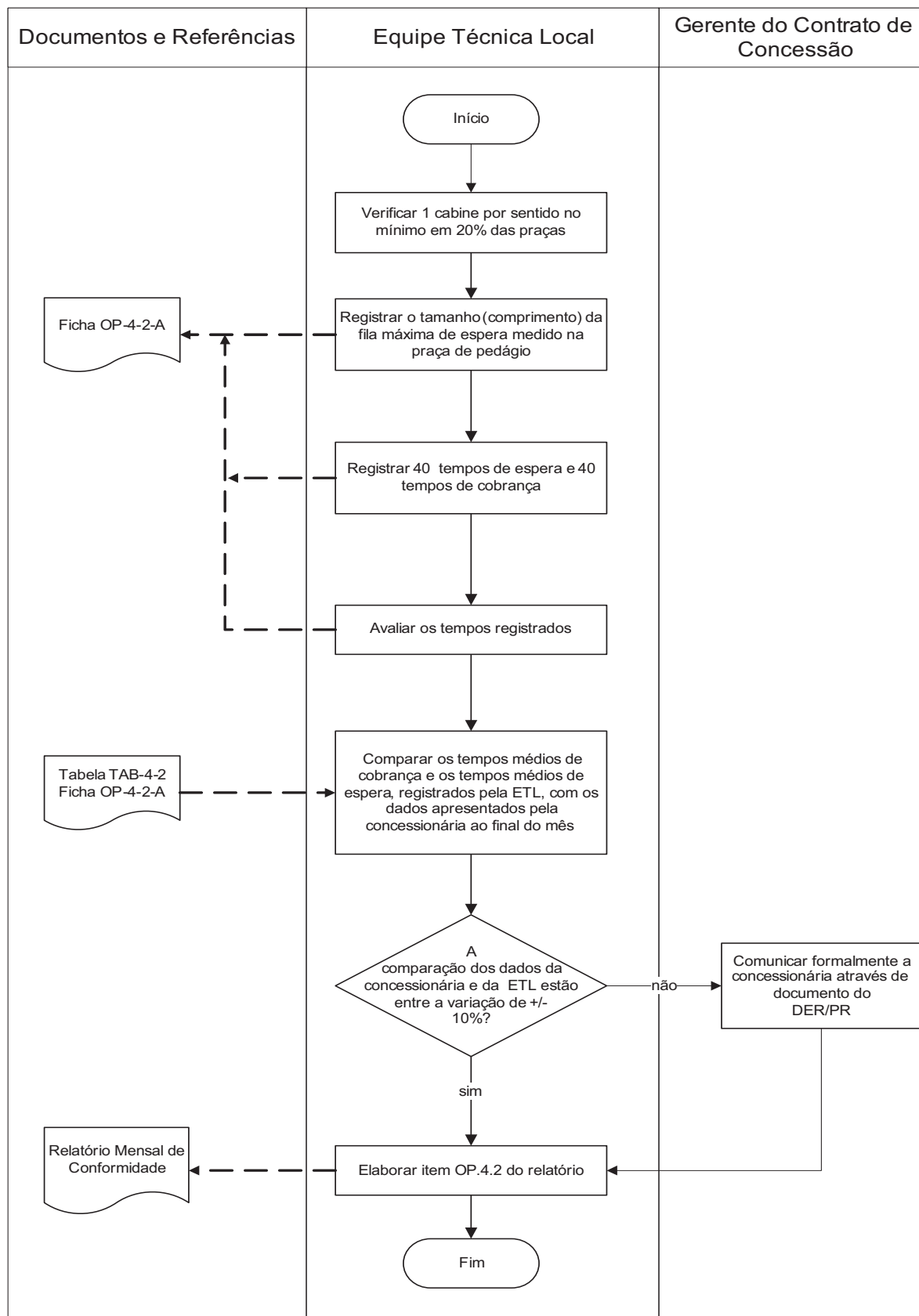
- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade do atendimento na cobrança nas praças de pedágio (capítulo 5 - item OP.4.2 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



Observação:

- a ETL deve priorizar a verificação nas praças de pedágio nos dias e períodos críticos (véspera de feriados, finais de semanas, etc.) e horários críticos (horas de maior fluxo veicular).

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha OP-4-2-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Anexo 01 - Ficha OP-4-2-A

	Concessionária						Lote	
	Local						Data	
	Trecho (km)	Início		Fim		Hora		
Ficha	OP-4-2-A	Avaliação de Conformidades - Atendimento nas Praças de Pedágio						

Cabines em Funcionamento							
Sentido		Total		Manual		Semi-automática	
Sentido		Total		Manual		Semi-automática	

Tempos de Cobrança (seg)											
Cabine		Sentido		Cabine		Sentido					
Operador				Operador							
Tempos de Cobrança (seg)						Tempos de Cobrança (seg)					
Tempo Médio de Cobrança:				Tempo Médio de Cobrança:							

Tempos de Espera (seg)											
Cabine		Sentido		Cabine		Sentido					
Operador				Operador							
Tempos de Espera (seg)						Tempos de Espera (seg)					
Tempo Médio de Espera:				Tempo Médio de Espera:							

Avaliação de Conformidade			
Dados da ETL		Dados da Concessionária (TAB 4-2)	
Tempo Médio de Cobrança (seg)		Tempo Médio de Cobrança (seg)	
Tempo Médio de Espera (seg)		Tempo Médio de Espera (seg)	
Maior Tempo de Cobrança (seg)			
Maior Tempo de Espera (seg)			
Fila Máxima (metros)			

	Resultado	Avaliação	Avaliação Geral	
Tempo Médio de Cobrança (seg)				
Tempo Médio de Espera (seg)				

Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.006/10-00

VERIFICAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS DE ACESSO – PAVIMENTO, ACOSTAMENTO E FAIXAS DE DOMÍNIO, DRENAGEM E OAE

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

06 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: procedimento totalmente reformulado.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação dos serviços de conservação rotineira de acostamento e faixas de domínio, de drenagem, de OAE e de pavimento das rodovias de acesso, incluindo a análise de resultados e verificação de conformidades, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão;
- 2.6. Norma DNIT 005/2003 – TER (Defeitos nos pavimentos flexíveis e semi-rígidos – Terminologia).

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: selecionar acostamentos e faixas de domínio, dispositivos de drenagem, OAE e trechos do pavimento conforme sequência de verificação.
- 3.2. Avaliar: julgar se o objeto de análise está de acordo com os critérios estabelecidos.
- 3.3. OAE: Obras de Arte Especiais.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;

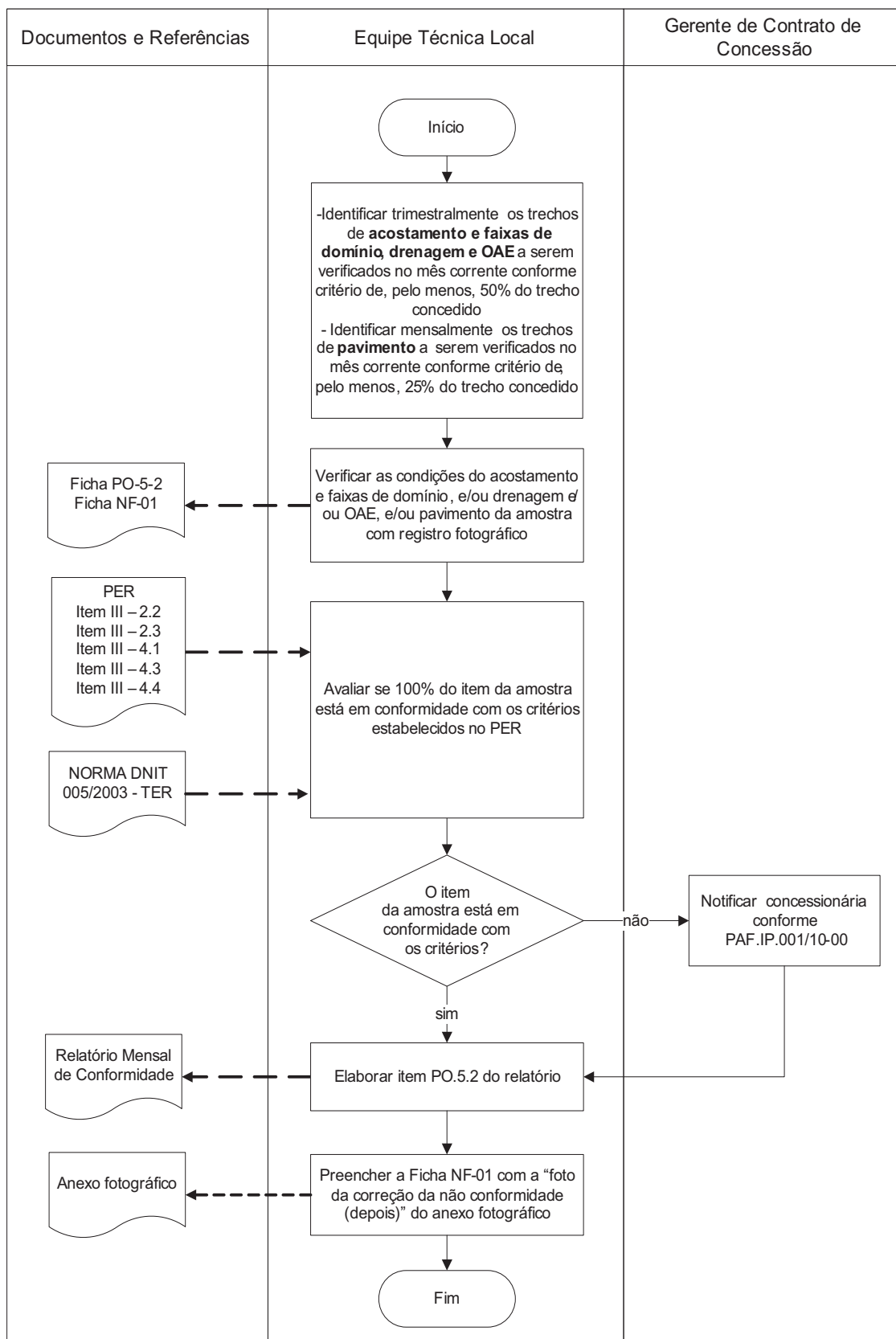
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação da conformidade dos serviços de conservação rotineira para as rodovias de acesso: acostamento e faixas de domínio, drenagem, OAE e pavimento (capítulo 6 - item PO.5.2 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Verificação de acostamento e faixas de domínio, drenagem, OAE e pavimento:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha PO-5-2	Superintendência Regional	Período de duração da concessão



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.012/10-00

VERIFICAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS PRINCIPAIS – PAVIMENTO, ACOSTAMENTO E FAIXAS DE DOMÍNIO, DRENAGEM, INSTALAÇÕES E OAE

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

06 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: procedimento totalmente reformulado.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação dos serviços de conservação rotineira de pavimento, de acostamento e faixas de domínio, de drenagem, de instalações e de OAE das rodovias principais, incluindo a análise de resultados e verificação de conformidades, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão;
- 2.6. Norma DNIT 005/2003 – TER (Defeitos nos pavimentos flexíveis e semi-rígidos – Terminologia).

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: selecionar acostamento e faixas de domínio, dispositivos de drenagem, instalações, OAE e trechos do pavimento conforme sequência de verificação.
- 3.2. Avaliar: julgar se o objeto de análise está de acordo com os critérios estabelecidos.
- 3.3. OAE: Obras de Arte Especiais.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte;
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar;
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas;

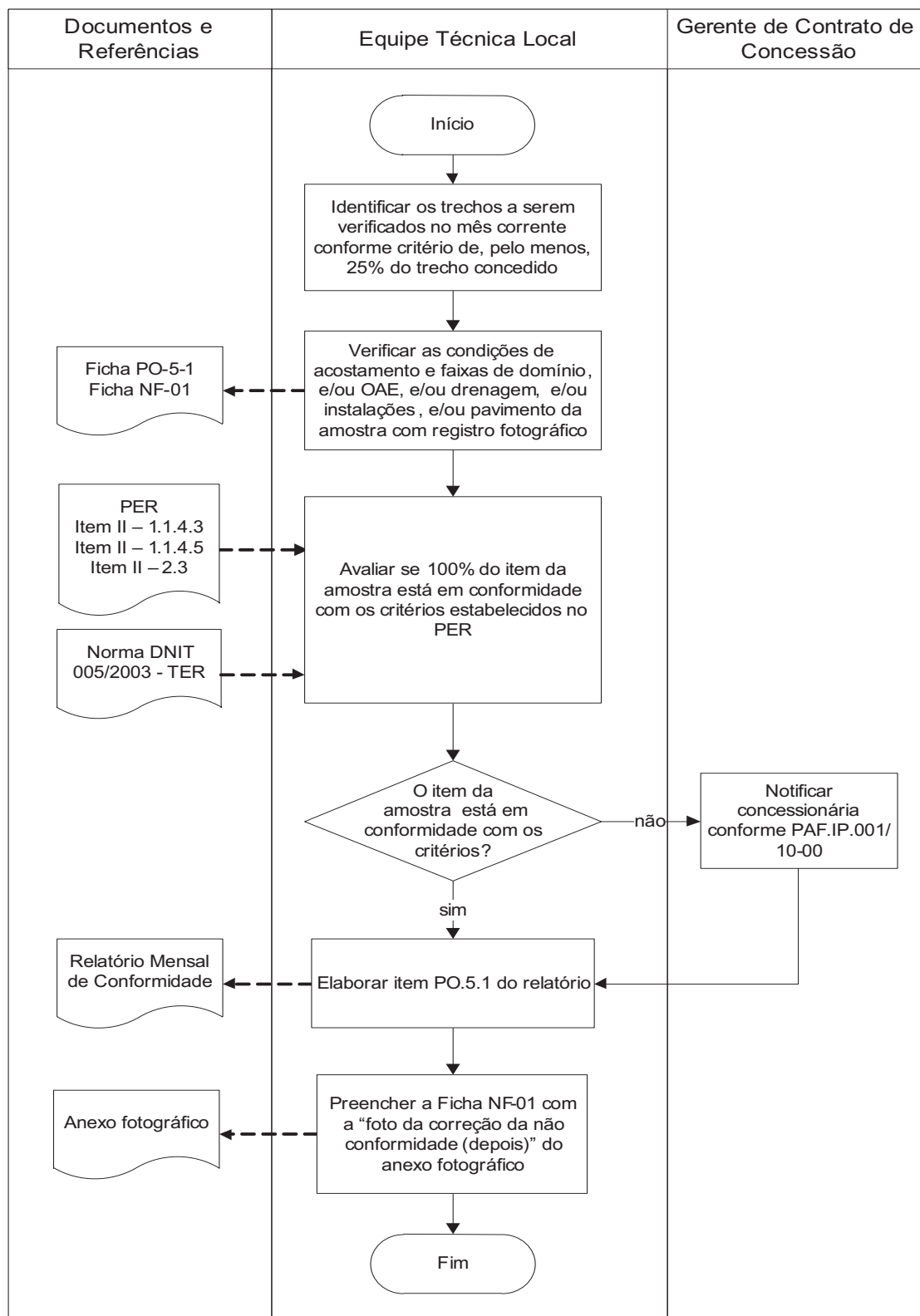
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná;
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte;
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar.

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação da conformidade dos serviços de conservação rotineira para as rodovias principais: acostamento e faixas de domínio, drenagem, instalações, OAE e pavimento (capítulo 6 - item PO.5.1 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Verificação de acostamento e faixas de domínio, OAE, drenagem, instalações e pavimento:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha PO-5-1	Superintendência regional	Período de duração da concessão



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.019/10-00

VERIFICAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, VERTICAL E DE OBRAS, DOS DISPOSITIVOS E SINALIZAÇÕES AUXILIARES E DOS ELEMENTOS DE SEGURANÇA – RODOVIAS PRINCIPAIS

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

08 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: procedimento totalmente reformulado.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação da sinalização viária quanto às condições da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança das rodovias principais dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão;
- 2.6. CTB – Código de Trânsito Brasileiro Vigente;
- 2.7. Resoluções do CONTRAN;
- 2.8. Resolução nº160, de 22 de abril de 2004, que aprova o Anexo II do CTB;
- 2.9. Manual da Sinalização Rodoviária (DNIT-1999);
- 2.10. Manual de Sinalização de Obras e Emergências (DNIT – 1996).

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: selecionar pistas conforme sequência de verificação.
- 3.2. Avaliar: julgar se o objetivo de análise está de acordo com os critérios estabelecidos.
- 3.3. Elementos de sinalização horizontal: marcas viárias (linhas de canalização, legendas, setas, etc.), tachas e tachões.
- 3.4. Dispositivos auxiliares: elementos aplicados ao pavimento da via, junto a ela, ou nos obstáculos próximos, de forma a tornar mais eficiente e segura a operação da via. São agrupados, de acordo com suas funções, em:

- dispositivos delimitadores: balizadores, balizadores de pontes, viadutos, túneis, tachas, tachões, cilindros delimitadores;
- dispositivos de canalização: prismas, segregadores;
- dispositivos de sinalização de alerta: marcadores de obstáculos, marcadores de perigo, marcadores de alinhamento;
- alterações nas características do pavimento: pavimentos rugosos, pavimentos fresados, ondulação transversal à via;
- dispositivos de proteção contínua: gradis de canalização e retenção, dispositivos de contenção e bloqueio, defensas metálicas, barreiras de concreto, dispositivos antiofiscamento;
- dispositivos luminosos: painéis eletrônicos, painéis com setas luminosas;
- dispositivos de uso temporário: cones, cilindros, balizador móvel, tambores, fita zebrada, cavaletes, barreiras, tapumes, gradis, elementos luminosos complementares, bandeiras, faixas.

3.5. Elementos de segurança: qualquer dispositivo que tenha a função específica de proporcionar maior segurança ao usuário da via, alertando-o sobre situações de perigo que possam colocar em risco sua integridade física e dos demais usuários da via, ou danificar seriamente o veículo.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

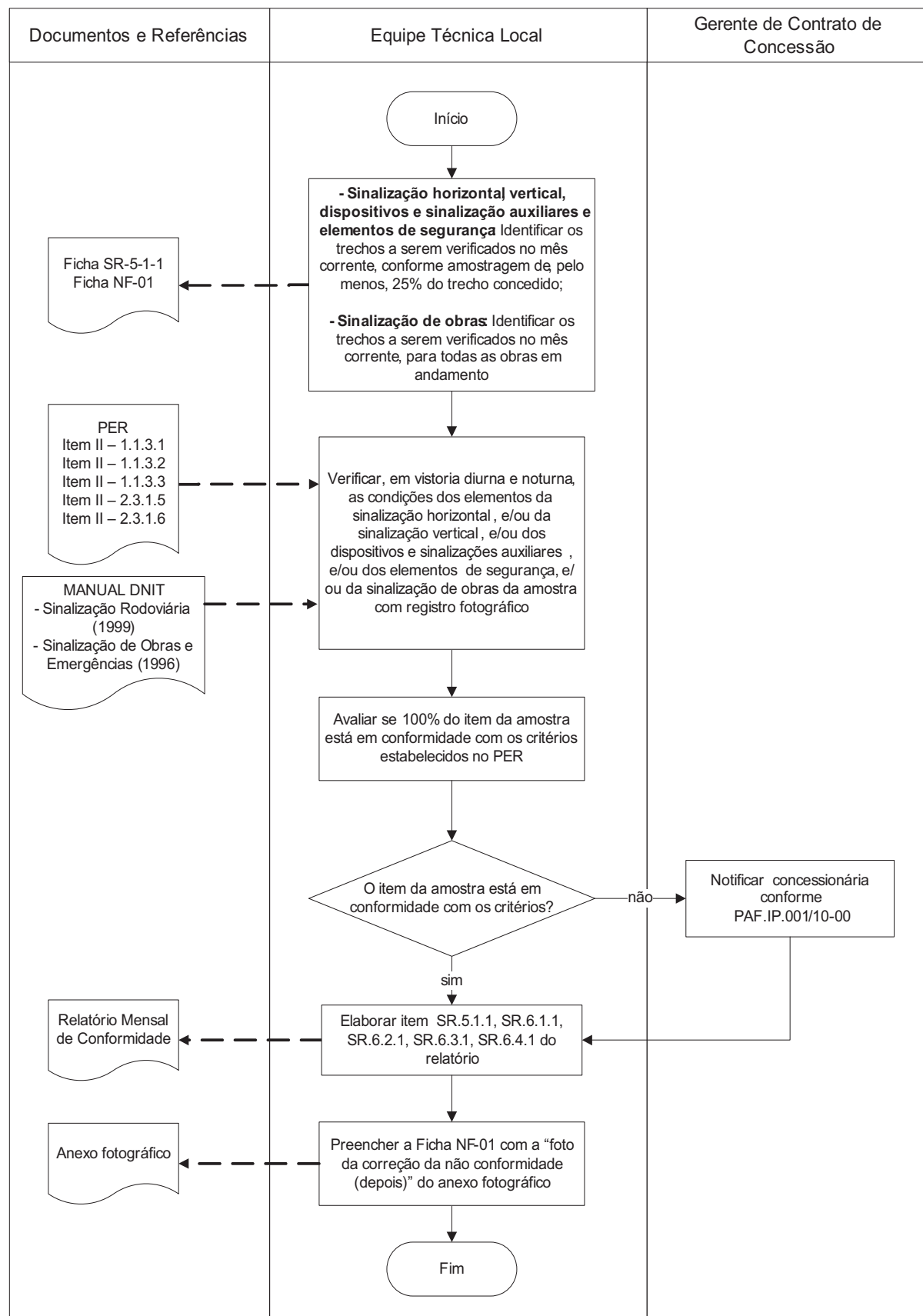
- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança das rodovias principais (capítulo 3 - itens SR.5.1.1, SR.6.1.1, SR.6.2.1, SR.6.3.1 e SR.6.4.1 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



Observação: para elementos de segurança à implantar a ETL deve fazer levantamento de acordo com a necessidade de implantação de novos elementos de segurança utilizando a ficha SR-5-2-1 e informar ao Gerente de Concessões para devidas providências junto à concessionária.

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha SR-5-1-1	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha SR-5-2-1	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

Anexo 02 – Ficha SR-5-2-1:

	Concessionária						Lote	
	Local						Data	
	Trecho (km)	Início		Fim		Hora		
Ficha	SR-5-2-1	Avaliação de Conformidades - Elementos de Segurança a Implantar – Rodovias Principais						

[illegible]

Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.020/10-00

VERIFICAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, VERTICAL E DE OBRAS, DOS DISPOSITIVOS E SINALIZAÇÕES AUXILIARES E DOS ELEMENTOS DE SEGURANÇA – RODOVIAS DE ACESSO

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

08 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: procedimento totalmente reformulado.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação da sinalização viária quanto às condições da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança das rodovias de acesso dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão;
- 2.6. CTB – Código de Trânsito Brasileiro Vigente;
- 2.7. Resoluções do CONTRAN;
- 2.8. Resolução nº160, de 22 de abril de 2004, que aprova o Anexo II do CTB;
- 2.9. Manual de Sinalização Rodoviária (DNIT-1999);
- 2.10. Manual de Sinalização de Obras e Emergências (DNIT – 1996).

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: selecionar pistas conforme sequência de verificação.
- 3.2. Avaliar: julgar se o objetivo de análise está de acordo com os critérios estabelecidos.
- 3.3. Elementos de sinalização horizontal: marcas viárias (linhas de canalização, legendas, setas, etc.), tachas e tachões.
- 3.4. Dispositivos auxiliares: elementos aplicados ao pavimento da via, junto a ela, ou nos obstáculos próximos, de forma a tornar mais eficiente e

segura a operação da via. São agrupados, de acordo com suas funções, em:

- dispositivos delimitadores: balizadores, balizadores de pontes, viadutos, túneis, tachas, tachões, cilindros delimitadores;
- dispositivos de canalização: prismas, segregadores;
- dispositivos de sinalização de alerta: marcadores de obstáculos, marcadores de perigo, marcadores de alinhamento;
- alterações nas características do pavimento: pavimentos rugosos, pavimentos fresados, ondulação transversal à via;
- dispositivos de proteção contínua: gradis de canalização e retenção, dispositivos de contenção e bloqueio, defensas metálicas, barreiras de concreto, dispositivos antiofuscamento;
- dispositivos luminosos: painéis eletrônicos, painéis com setas luminosas;
- dispositivos de uso temporário: cones, cilindros, balizador móvel, tambores, fita zebra, cavaletes, barreiras, tapumes, gradis, elementos luminosos complementares, bandeiras, faixas.

3.5. Elementos de segurança: qualquer dispositivo que tenha a função específica de proporcionar maior segurança ao usuário da via, alertando-o sobre situações de perigo que possam colocar em risco sua integridade física e dos demais usuários da via, ou danificar seriamente o veículo.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

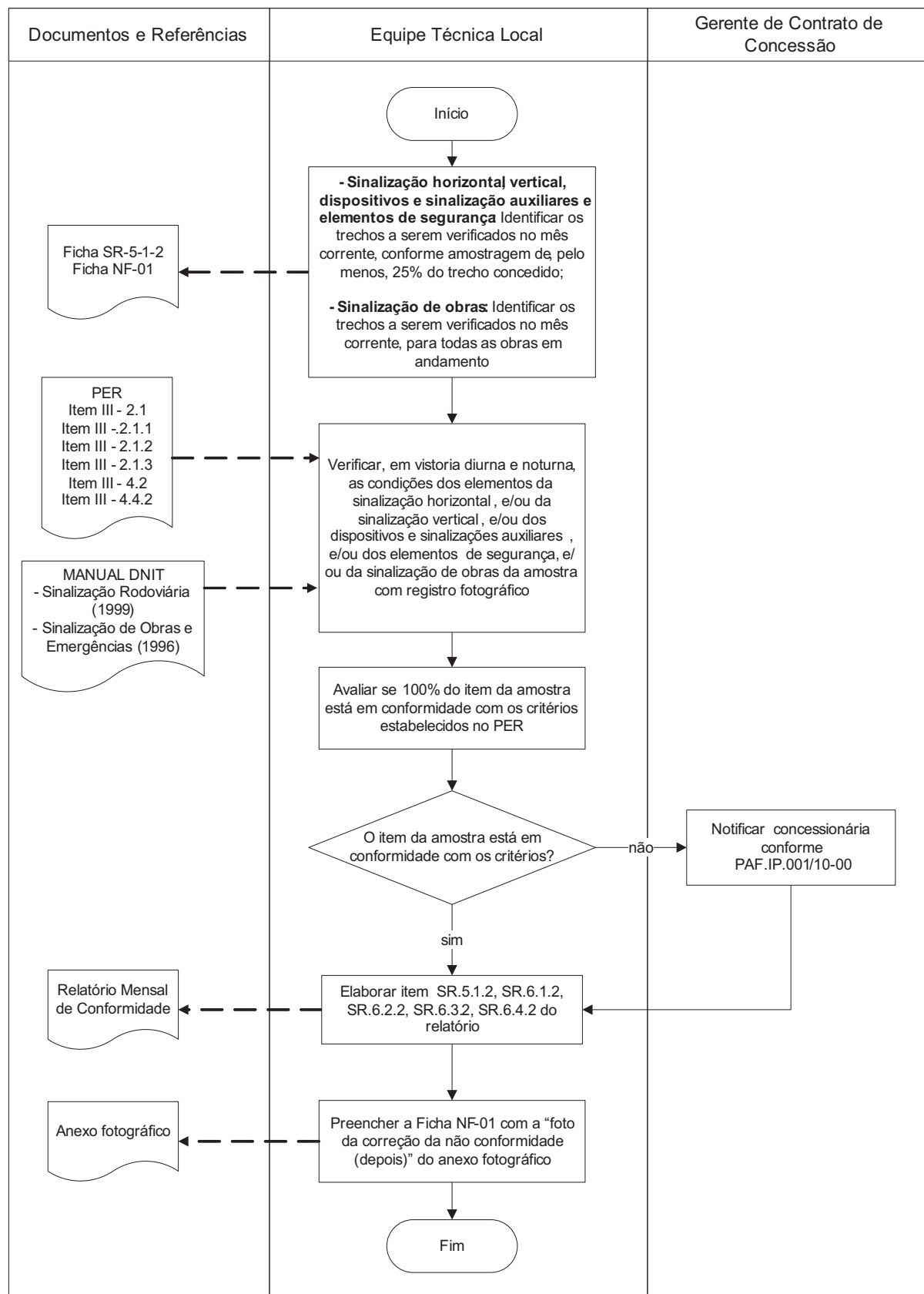
- Contrato de concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade da sinalização horizontal, vertical e de obras, dos dispositivos e sinalizações auxiliares e dos elementos de segurança das rodovias de acesso (capítulo 3 - itens SR.5.1.2, SR.6.1.2, SR.6.2.2, SR.6.3.2 e SR.6.4.2 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



Observação: para elementos de segurança à implantar a ETL deve fazer levantamento de acordo com a necessidade de implantação de novos elementos de segurança utilizando a ficha SR-5-2-2 e informar ao Gerente de Concessões para devidas providências junto à Concessionária.

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha SR-5-1-2	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha SR-5-2-2	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

[illegible]

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação das atividades operacionais de pesagem – excesso de peso, quanto à conformidade dos dados apresentados pela concessionária e as condições operacionais dos serviços, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

Não aplicável.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

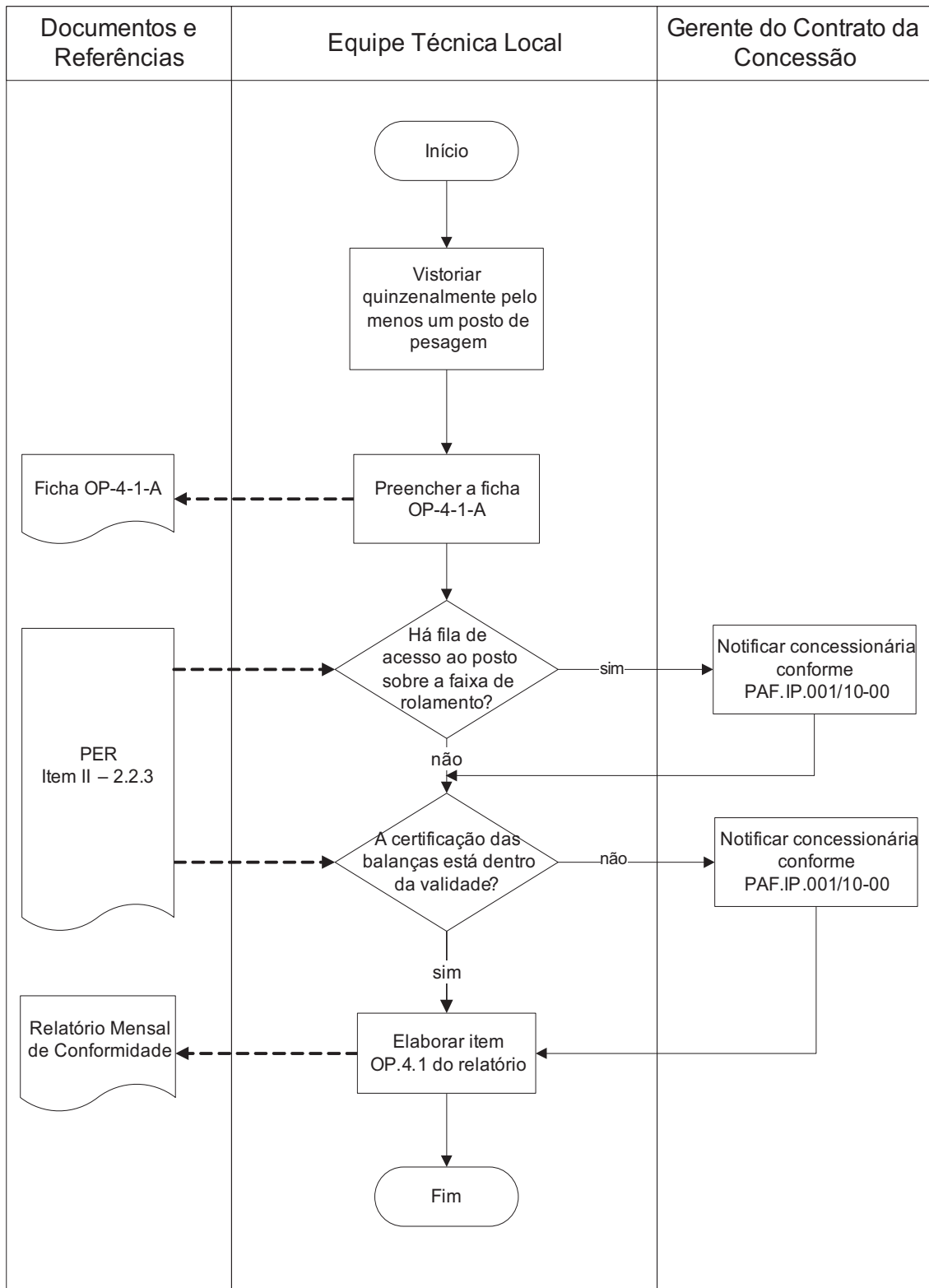
- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade das balanças – excesso de peso (capítulo 5 - item OP.4.1 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha OP-4-1-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Anexo 01 - Ficha OP-4-1-A

	Concessionária					Lote	
	Local					Data	
	Trecho (km)	Início		Fim		Hora	
Ficha	OP-4-1-A	Avaliação de Conformidades - Verificação das Balanças - Excesso de Peso					

Dados Gerais		Efetividade da Fiscalização	
Pesagem:		Veículos Autuados:	
Caminhões Fiscalizados:		Operações de Transbordo:	
Cav./Carretas Fiscalizadas:		Operações de Retorno:	
Ônibus Fiscalizados:		Fila de acesso ao Posto de	
Veic. Especiais Fiscalizados:		Pesagem sobre a faixa de	
Total de Veic. Fiscalizados:		rolamento:	

Equipe Técnica Operante			Foto da fila de acesso ao Posto de Pesagem sobre a faixa de rolamento
Supervisor:		func.	
Agente de Autuação:		func.	
Agente de Pátio:		func.	
Agente de Pista:		func.	
Agente DER:		func.	
Agente Policial:		func.	
		func.	
		func.	
		func.	

Certificação dos Equipamentos						
Balança 1:		Certificação:		Última Afer.		Valid. Afer.
Balança 2:		Certificação:		Última Afer.		Valid. Afer.
Balança 3:		Certificação:		Última Afer.		Valid. Afer.
Balança 4:		Certificação:		Última Afer.		Valid. Afer.
Aferidor						

Avaliação de Conformidade			
Fila de acesso ao Posto de Pesagem sobre a faixa de rolamento		Avaliação Geral	
Documentação			

Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

[illegible]

1. OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo instruir a Equipe Técnica de Apoio Local na execução da verificação das rotas de inspeção, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Contrato de Concessão;
- 2.2. Proposta Comercial;
- 2.3. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.4. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

Ciclo: tempo decorrente entre o início e o fim da rota de inspeção.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

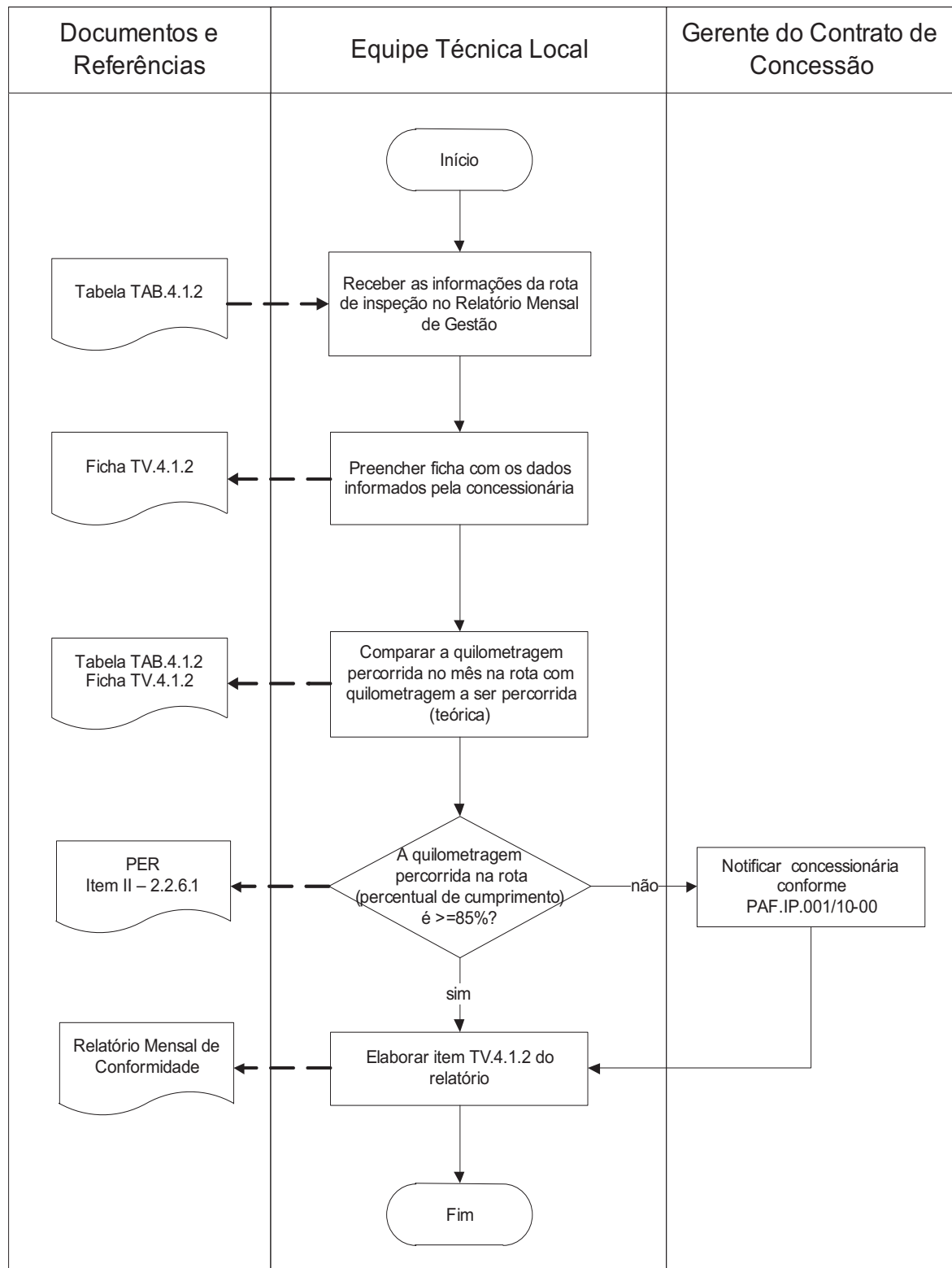
Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade das rotas de inspeção (capítulo 4 – item TV.4.1.2 do Relatório Mensal de Conformidade)

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO




7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha TV.4.1.2	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Anexo 01 - Ficha TV.4.1.2

	Concessionária			Lote	
	Ficha	TV-4-1-2	Avaliação de Conformidades - Rotas de Inspeção		Mês

Quantidade de dias do mês corrente

20

N° da Rota	Trecho	Extensão do ciclo (km)	Parâmetro	Quilometragem total percorrida na rota	Quilometragem a ser percorrida (teórica)	Percentual de Cumprimento	Avaliação
1		60	1,5	15.000	19.200	78%	Não Conforme
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							

Avaliação Geral

Observações

Responsável	Visto / Assinatura
-------------	--------------------



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.024/10-00

VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO MECÂNICO

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

10 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Alterações nos fluxogramas, inclusão das fichas OP-3-2-A e OP-3-2- B e alteração nas fichas OP-4-4-A e OP-4-4-B.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação das atividades operacionais de atendimento mecânico, envolvendo o tempo de atendimento das ocorrências e a condição operacional dos veículos (guinchos), dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. CCO – Centro de Controle Operacional: sala de controle das operações da rodovia concessionada.
- 3.2. Coletar: pesquisar as informações referentes aos contatos dos usuários com a concessionária.
- 3.3. Registrar: relacionar os dados, descrevendo os mesmos no documento pertinente.
- 3.4. Identificar: selecionar veículos conforme sequência de verificação.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná

- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

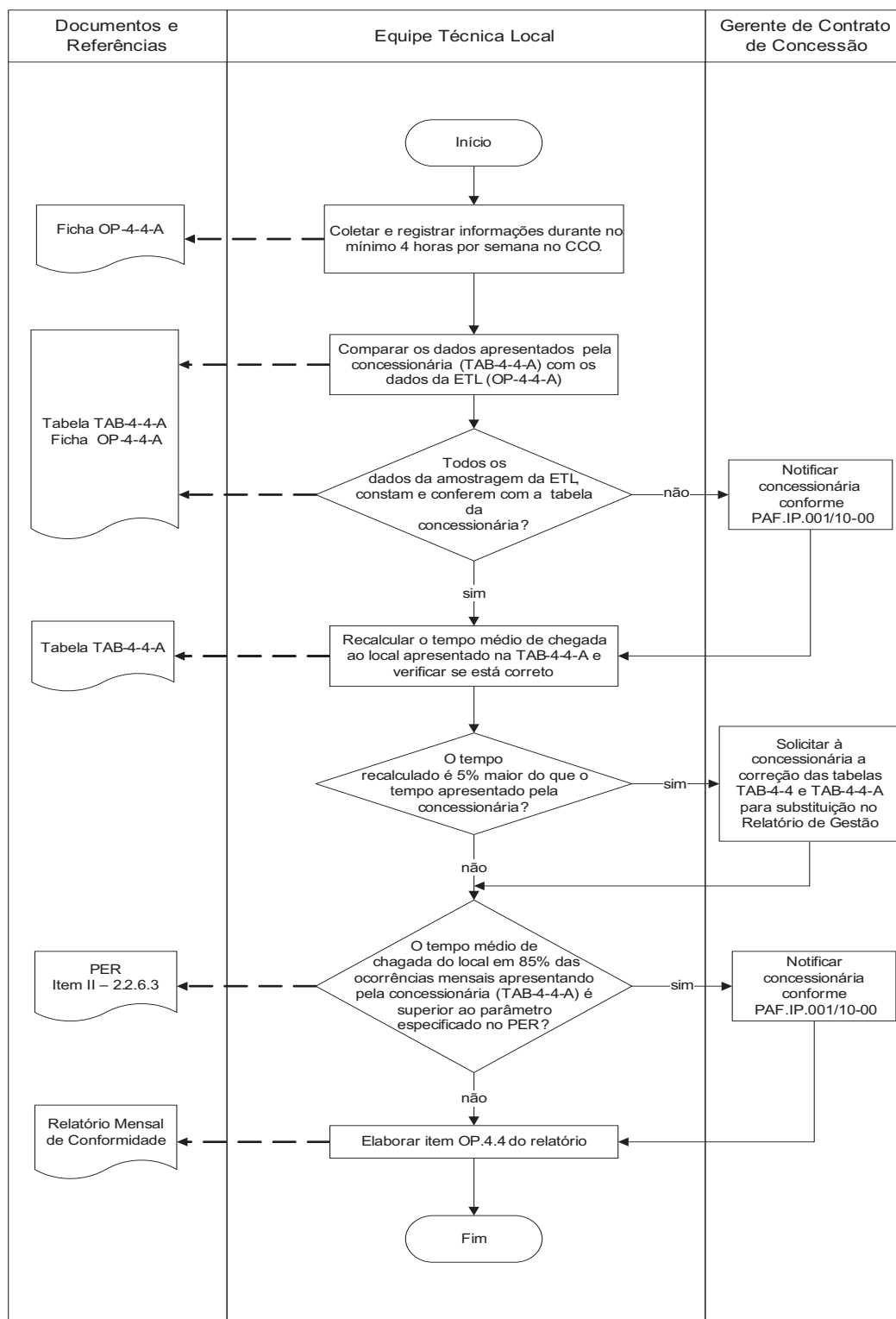
5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade do atendimento mecânico (capítulo 5 - item OP.4.4 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

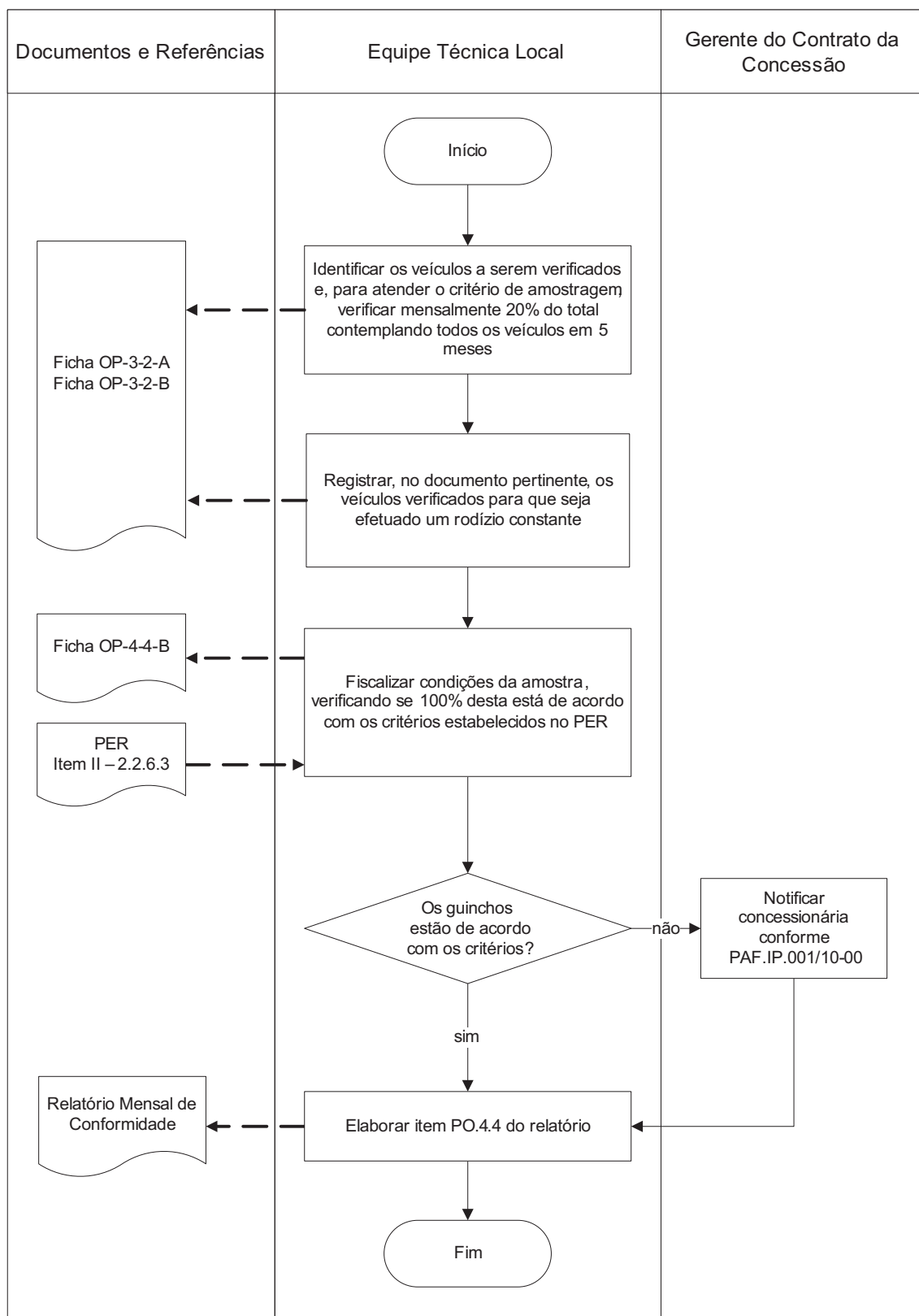
6.1. Verificação das ocorrências relativas ao atendimento mecânico:

Este fluxograma detalha as atividades de verificação referentes ao registro de ocorrências relativas ao atendimento e tempo de atendimento das mesmas.



6.2. Avaliação de conformidade de veículos:

Este fluxograma detalha as atividades referentes à verificação das condições operacionais dos veículos (guinchos).



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha OP-3-2-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-3-2-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-4-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-4-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

Anexo 02 – Ficha OP-3-2-B:

	Concessionária						Lote	
	Local							
	Trecho (km)	Início		Fim		Mês		
Ficha	OP-3-2-B	Avaliação de Conformidades - Situação dos Veículos de Terceiros						

[illegible]


	Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

Anexo 03 – Ficha OP-4-4-A:

[illegible]

Anexo 04 – Ficha OP-4-4-B:

	Concessionária				Lote	
	Local				Data	
	Veículo	Placa		km		Hora
Ficha	OP-4-4-B		Avaliação de Conformidades - Guincho			

Equipamentos									
Equipamentos Básicos	C.	NC.	NA.	NP.	Sinalização	C.	NC.	NA.	NP.
Holofote com fio					Luzes de emergência				
Areia					Dispositivo sonoro				
Serragem					Luz amarela intermitente				
Cimento					Lanterna sinalizadora				
Pá de construção					Cones de sinalização				
Enxada					Triângulo de emergência				
Caixa de ferramentas leves					Colete retrorrefletivo				
Gancho p/ retirada de animais									
Corda									
Cambão									
Gancho									
Luvras									

Equipamentos Obrigatórios	C.	NC.	NA.	NP.	Condições do veículo	C.	NC.	NA.	NP.
Cinto de segurança					Limpeza da viatura				
Encosto de cabeça					Organização dos equipamentos				
Extintor de incêndio					Limpeza das ferramentas				

Foto 1	Foto 2
Foto do guincho	Foto do guincho (placa do veículo)

Avaliação Geral	
------------------------	--

Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.025/10-00

VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

10 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Alterações nos fluxogramas, inclusão das fichas OP-3-2-A e OP-3-2- B e alteração nas fichas OP-4-3-A e OP-4-3-B.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação das atividades operacionais de atendimento pré-hospitalar, envolvendo o tempo de atendimento das ocorrências e a condição operacional dos veículos (ambulâncias de resgate), dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. CCO – Centro de Controle Operacional: sala de controle das operações da rodovia concessionada.
- 3.2. Coletar: pesquisar as informações referentes aos contatos dos usuários com a concessionária.
- 3.3. Registrar: relacionar os dados, descrevendo os mesmos no documento pertinente.
- 3.4. Identificar: selecionar veículos conforme sequência de verificação.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar

- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

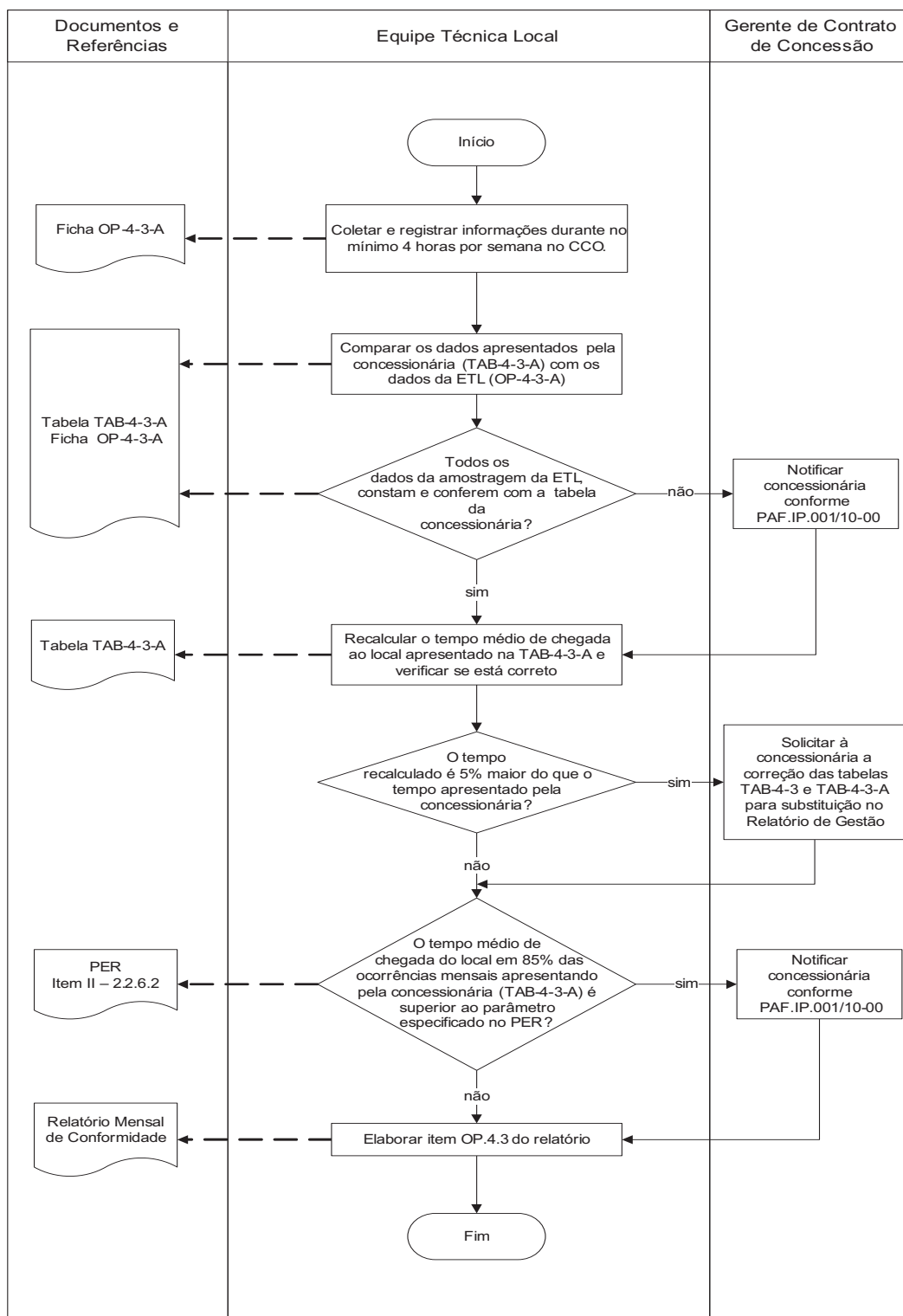
5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade do atendimento pré-hospitalar (capítulo 5 - item OP.4.3 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

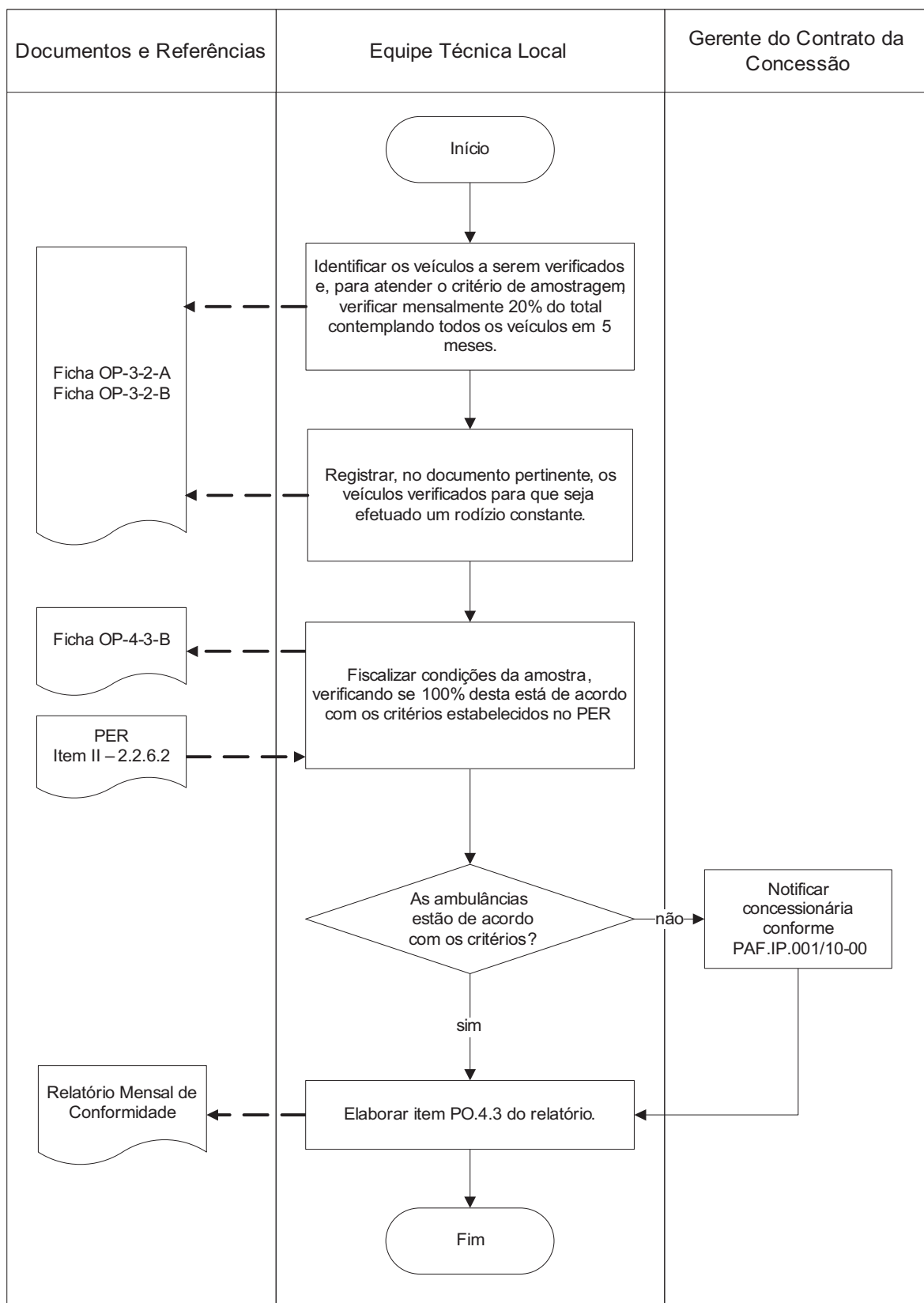
6.1. Verificação das ocorrências relativas ao atendimento pré-hospitalar:

Este fluxograma detalha as atividades de verificação referentes ao registro de ocorrências relativas ao atendimento e ao tempo de atendimento das mesmas.



6.2. Avaliação de conformidade de veículos:

Este fluxograma detalha as atividades referentes à verificação das condições operacionais dos veículos (ambulâncias de resgate).



7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha OP-3-2-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-3-2-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-3-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-3-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

Anexo 02 – Ficha OP-3-2-B:

	Concessionária						Lote	
	Local							
	Trecho (km)	Início		Fim		Mês		
Ficha	OP-3-2-B	Avaliação de Conformidades - Situação dos Veículos de Terceiros						

[illegible]


Observações	

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

Anexo 03 – Ficha OP-4-3-A:

[illegible]

Anexo 04 – Ficha OP-4-3-B:

	Concessionária					Lote	
	Local					Data	
	Veículo	Placa		km		Hora	
Ficha	OP-4-3-B	Avaliação de Conformidades - Ambulância de Resgate					

Equipamentos			
Equipamentos Básicos	Avaliação	Equip. - Maleta de Emergência	Avaliação
Sinalizador ótico e acústico		Estetoscópio	
Coletes refletivos para a tripulação		Ressuscitador manual adulto/infantil	
Lanterna de mão		Cânulas oro-faríngeas	
Rádio-comunicação / Móvel e Portátil		Pares de luvas descartáveis	
Torres de sinalização traseira		Tesoura reta com ponta romba	
Óculos de proteção		Rolo de esparadrapo	
Máscaras		Esfigmomanômetro anaeróide ad./inf.	
Aventais de proteção		Rolos de ataduras de 15 cm	
Maca com rodas		Compressas cirúrgicas estéreis	
Prancha curta ou colete imobilizador		Pacotes de gaze estéril	
Prancha longa para imobilização de coluna		Catéteres para oxigenação e aspiração	
Colares cervicais de vários tamanhos		Protetores para queimaduras e eviscerado	
Talas para imobilização de membros		Frascos de soro fisiológico	
Cobertores		Bandagens triangulares	
Cilindro oxig./válvula/manômetro/régua 2S		Lanterna pequena	

Equipamentos de Salvamento	Avaliação	Equipamentos de Salvamento	Avaliação
Material de salvamento		Cabo guia	
Moto abrasivo		Cabos da vida	
Martelete pneumático		Mosquetões	
Máscara autônoma		Nadadeiras	
Almofadas pneumáticas		Lanternas	
Bóia tipo life-belt		Pisca-alerta portátil	
Ferramentas auxiliares para desencarcerar		Alargador e tesoura hidráulica	
Cordas		Corta-a-frio pequeno e alavanca longa	
Capacetes		Pá de escota	
Croque articulável		Maleta de ferramenta	
Luvas isolantes elétricas		Extintor de pó químico seco de 08 Kg	
Luvas de raspa		Cilindro ox.portátil/válv./manôm./fluxômetro	

Equipe Socorrista		Observações
Pessoal	Avaliação	
Motorista-resgatista		
Socorrista		
Médico (atendimento remoto)		
Condições do Veículo		
Veículos	Avaliação	
Organização dos equipamentos		
Higiene e limpeza		
Abastecimento		
Manutenção		
Lataria e pintura		
Identificação		
Documentação		
Equipamentos de rádio-comunicação		

Avaliação Geral	
------------------------	--

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

[illegible]

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação do tráfego veicular, envolvendo conformidade de fluxo veicular e arrecadação diária na praça de pedágio, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Identificar: selecionar sensores conforme seqüência de fiscalização.
- 3.2. Registrar: relacionar os dados registrados pelos sensores, descrevendo os mesmos no documento pertinente.
- 3.3. Sensores de tráfego: dispositivos mecânicos e/ou eletrônicos utilizados para levantamento de fluxos e velocidades.
- 3.4. Verificar: julgar se o elemento verificado está de acordo com os critérios.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte

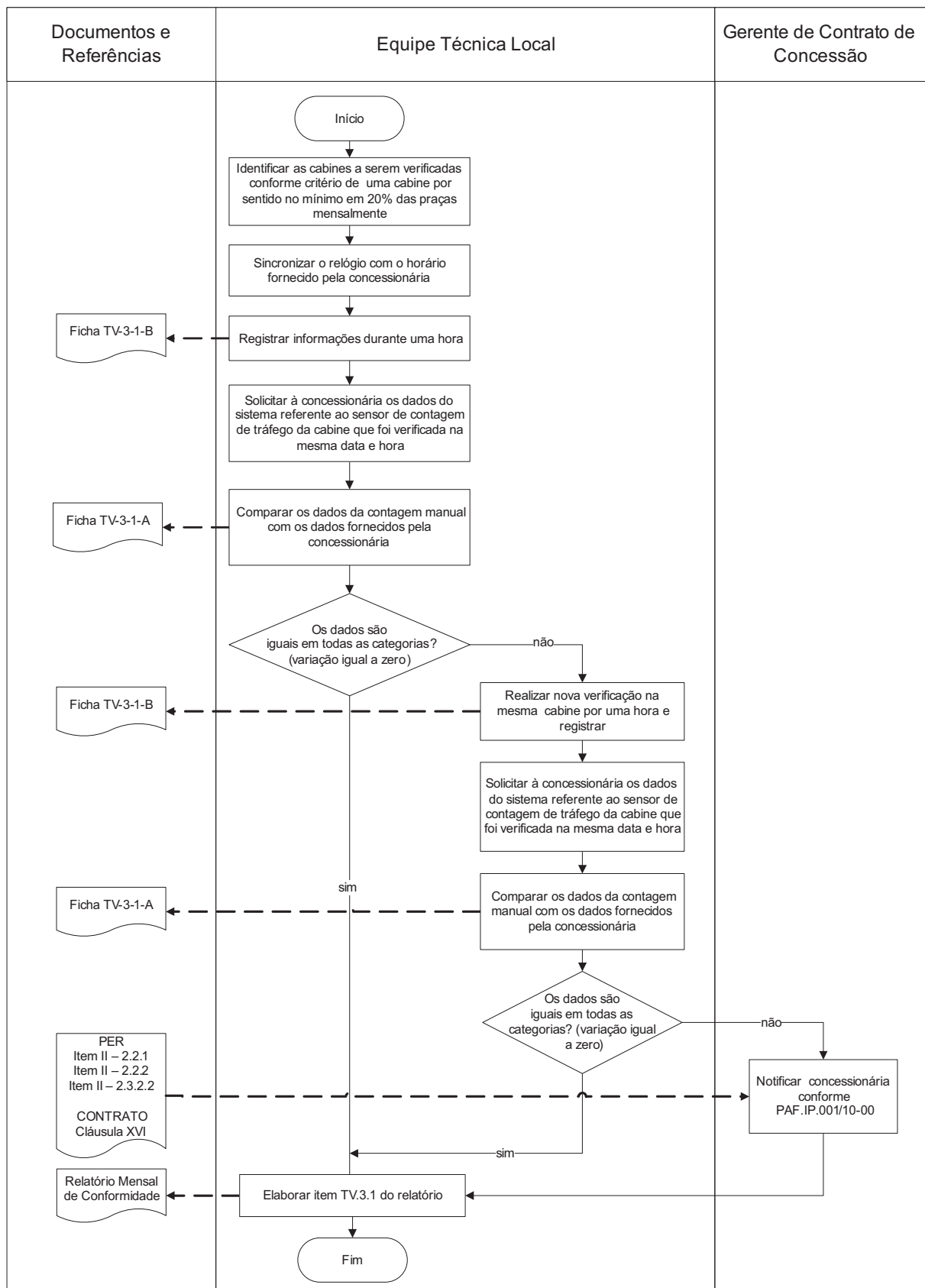
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade do fluxo veicular nos sensores de tráfego nas praças de pedágio (capítulo 4 - item TV.3.1 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:




7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha TV-3-1-A	Superintendência regional	Período de duração da concessão
Ficha TV-3-1-B	Superintendência regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Anexo 01 – Ficha TV-3-1-A:

		Concessionária												Lote	
Ficha		TV-3-1-A		Avaliação de Conformidades - Verificação de Fluxo Veicular na Praça de Pedágio										Mês	

CABINE SENTIDO 1																				
Praça	Data	Marca	Cabine				Tipo			Sentido			Valid. Afer.	Situação						
			Modelo	Hora início	Hora fim	6A	7	8	9	10	11	Ult. Afer.			Certificador	Esp. 9 ou + C/C	Total			
1	2	2A	3	4	4A	5	6	4	4	4	6A	7	8	9	10	11	8	9 ou + C/C		
2	2	2	3	3	3	4	4	4	4	4	6A	7	8	9	10	11	8	9 ou + C/C		
A	C	Ô	A+SR	C/C	Ô	A+R	C/C	Ô	4	4	6A	7	8	9	10	11	8	9 ou + C/C		
Equipamento																				
Cont. Manual																				
Variação																				

Conforme

CABINE SENTIDO 2																				
Praça	Data	Marca	Cabine				Tipo			Sentido			Valid. Afer.	Situação						
			Modelo	Hora início	Hora fim	6A	7	8	9 <th>10</th> <th>11</th> <th>Ult. Afer.</th> <th>Certificador</th> <th>Esp. 9 ou + C/C</th> <th>Total</th>	10	11	Ult. Afer.			Certificador	Esp. 9 ou + C/C	Total			
1	2	2A	3	4	4A	5	6	4	4	4	6A	7	8	9	10	11	8	9 ou + C/C		
2	2	2	3	3	3	4	4	4	4	4	6A	7	8	9	10	11	8	9 ou + C/C		
A	C	Ô	A+SR	C/C	Ô	A+R	C/C	Ô	4	4	6A	7	8	9	10	11	8	9 ou + C/C		
Equipamento																				
Cont. Manual																				
Variação																				


Conforme














Observações														

Observações														

Responsável											Visto / Assinatura	
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------------------	--

Anexo 02 – Ficha TV-3-1-B:

	Concessionária				Lote	
	Local	Praça de Pedágio			Data	
	Ficha	TV-3-1-B	Verificação do Fluxo Veicular nas Praças de Pedágio			
Cabine		Sentido		Hora início		Hora fim

Cat.	Eixos	Modelo	Contagem Manual	Total
1	2 eixos (2 S)	Automóvel, Caminhonete, Camioneta, Furgão 		
2	2 eixos (1 S; 1 D)	Caminhão Leve, Caminhão-trator, Furgão 		
2A	2 eixos (1 S; 1 D)	Ônibus 		
3	3 eixos (3 S)	Automóvel, Camioneta ou Caminhonete com 		
4	3 eixos (1 S; 2 D)	Caminhão, Caminhão-trator, Caminhão-trator c/ 		
4A	3 eixos (1 S; 2 D)	Ônibus 		
5	4 eixos (4 S)	Automóvel, Camioneta ou Caminhonete com Reboque 		
6	4 eixos (1 S; 3 D)	Caminhão e/ou Caminhão-trator com semi-reboque 		
7	5 eixos (1 S; 4 D)	Caminhão com Reboque, Caminhão-trator 		
8	6 eixos (1 S; 5 D)	Caminhão com Reboque, Caminhão-trator com semi- 		
9	2 eixos (2 S)	Motocicleta, Motoneta, Bicicleta a motor 		
10	7 eixos (1 S; 6 D)	Treminhão 		
Especial	acima de 8 eixos (1 S;	Treminhão 		
Observações				
Responsável		Visto / Assinatura		



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná –
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3304 8000
Fax: (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.031/10-00

VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DE INCIDENTES

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

12 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e referências
- 3 Definições
- 4 Âmbito de aplicação
- 5 Principal produto gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: Alterações no título e nos fluxogramas, inclusão das fichas OP-3-2-A, OP-3-2-B e OP-4-5-D e alteração nas fichas OP-4-5-A, OP-4-5-B e OP-4-5-C.	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação das atividades operacionais de atendimento de incidentes, envolvendo o tempo de atendimento das ocorrências e a condição operacional dos veículos (caminhões-pipa e caminhões para remoção de animais), dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER – Programa de Exploração de Rodovias;
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. CCO – Centro de Controle Operacional: sala de controle das operações da rodovia concessionada.
- 3.2. Coletar: pesquisar as informações referentes aos contatos dos usuários com a concessionária.
- 3.3. Registrar: relacionar os dados, descrevendo os mesmos no documento pertinente.
- 3.4. Identificar: selecionar veículos conforme sequência de verificação.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas

- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

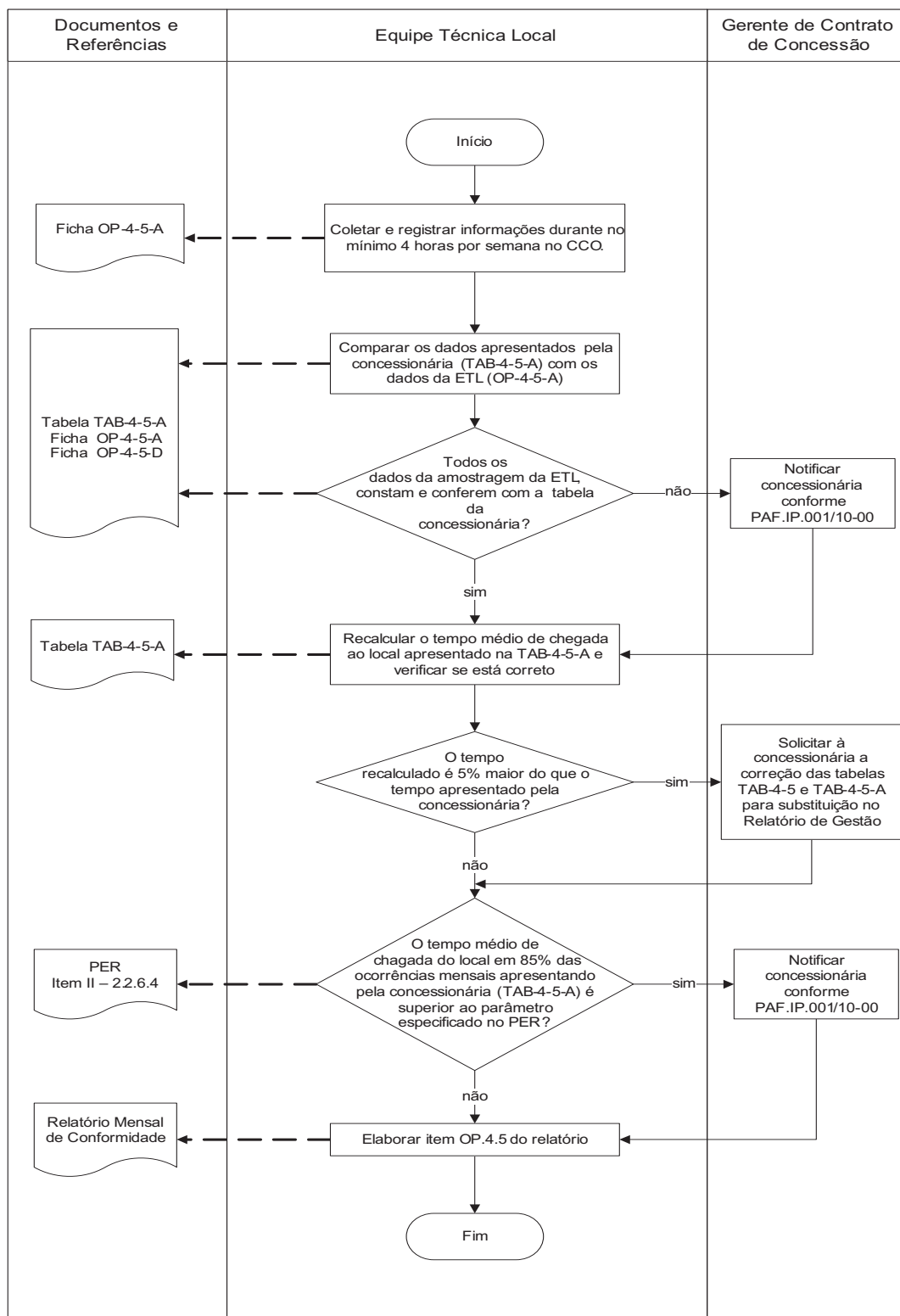
5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade do atendimento de incidentes (capítulo 5 - item OP.4.5 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

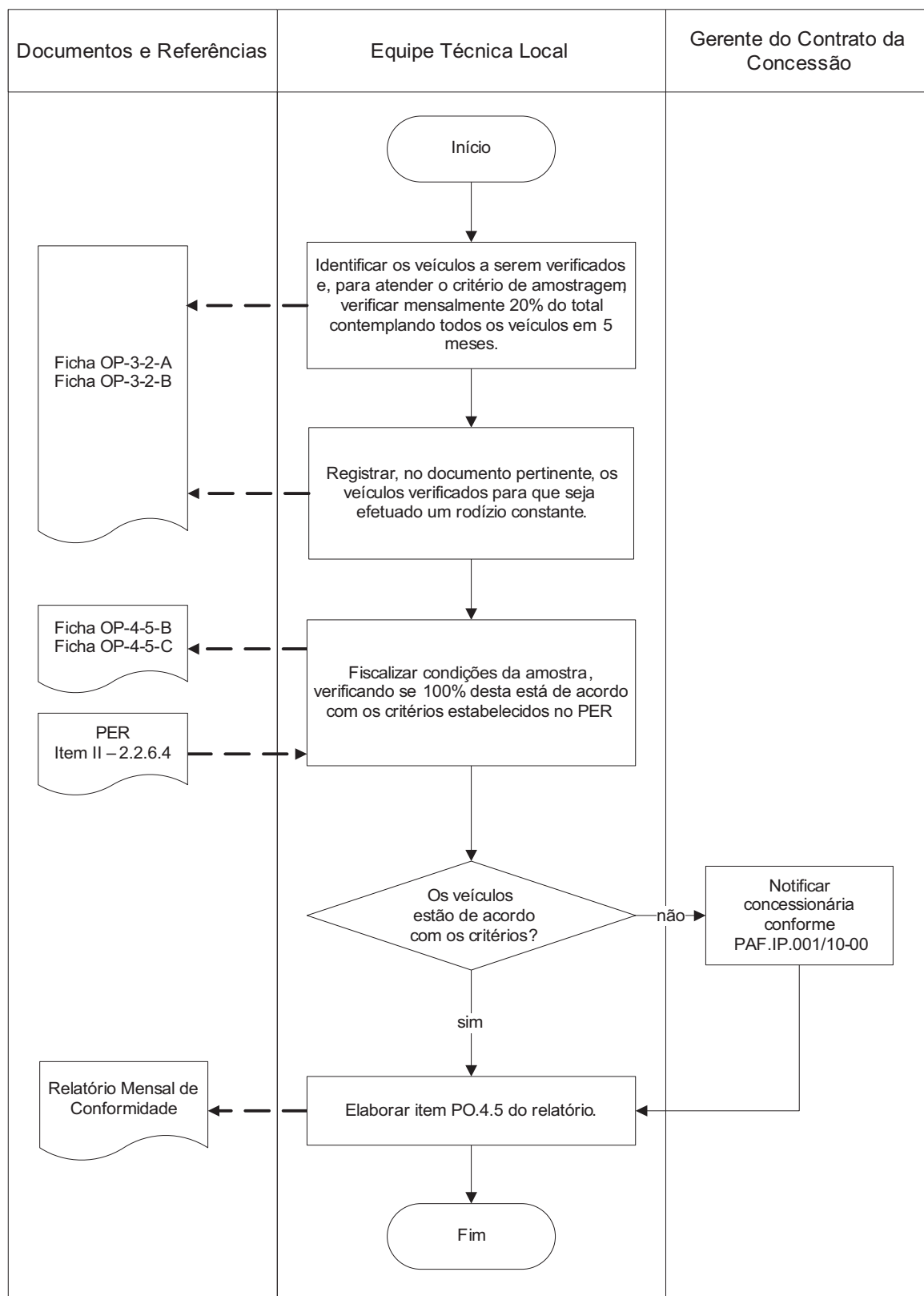
6.1. Verificação das ocorrências relativas ao atendimento de incidentes:

Este fluxograma detalha as atividades de verificação referentes ao registro de ocorrências relativas ao atendimento e ao tempo de atendimento das mesmas.



6.2. Avaliação de conformidade de veículos:

Este fluxograma detalha as atividades referentes à verificação das condições operacionais dos veículos (caminhões-pipa e caminhões para remoção de animais).



Observação: presenciando uma ocorrência qualquer, preencher e anexar a ficha OP-4-5-D, referente ao atendimento de incidentes.


7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha OP-3-2-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-3-2-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-5-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-5-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-5-C	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha OP-4-5-D	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

Anexo 03 – Ficha OP-4-5-A:

[illegible]

Anexo 04 – Ficha OP-4-5-B:

	Concessionária					Lote	
	Local					Data	
	Veículo	Placa		km		Hora	
Ficha	OP-4-5-B	Avaliação de Conformidades – Caminhão-pipa					

Equipamentos									
Equipamentos Básicos	C.	NC.	NA.	NP.	Sinalização	C.	NC.	NA.	NP.
Holofote com fio					Luzes de emergência				
Areia					Dispositivo sonoro				
Serragem					Luz amarela intermitente				
Cimento					Lanterna sinalizadora				
Pá de construção					Cones de sinalização				
Enxada					Triângulo de emergência				
Caixa de ferramentas leves					Colete retrorrefletivo				
Gancho p/ retirada de animais									
Corda									
Cambão									
Gancho									
Luvas									

Equipamentos Obrigatórios	C.	NC.	NA.	NP.	Condições do veículo	C.	NC.	NA.	NP.
Cinto de segurança					Limpeza da viatura				
Encosto de cabeça					Organização dos equipamentos				
Extintor de incêndio					Limpeza das ferramentas				

Foto 1	Foto 2
Foto do caminhão-pipa	Foto do caminhão-pipa (placa do veículo)

Avaliação Geral	
-----------------	--

Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

Anexo 05 – Ficha OP-4-5-C:

	Concessionária					Lote	
	Local					Data	
	Veículo	Placa		km		Hora	
Ficha	OP-4-5-C	Avaliação de Conformidades – Caminhão para remoção de animais					

Equipamentos									
Equipamentos Básicos	C.	NC.	NA.	NP.	Sinalização	C.	NC.	NA.	NP.
Holofote com fio					Luzes de emergência				
Gancho p/ retirada de animais					Dispositivo sonoro				
Luas					Luz amarela intermitente				
					Lanterna sinalizadora				
					Cones de sinalização				
					Triângulo de emergência				
					Colete retrorrefletivo				

Equipamentos Obrigatórios	C.	NC.	NA.	NP.	Condições do veículo	C.	NC.	NA.	NP.
Cinto de segurança					Limpeza da viatura				
Encosto de cabeça					Organização dos equipamentos				
Extintor de incêndio					Limpeza das ferramentas				


Foto 1	Foto 2
Foto do caminhão de remoção de animais	Foto do caminhão de remoção de animais (placa do veículo)

Avaliação Geral	
------------------------	--

Observações

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

Anexo 06 – Ficha OP-4-5-D:

	Concessionária					Lote	
	Local					Data	
	Trecho (km)	Início		Fim		Hora	
Ficha	OP-4-5-D	Avaliação de Conformidades - Atendimento de Ocorrências					

Caracterização da Ocorrência	
Tipo	Descrição
Acidente	
Falha Mecânica	
Pne Seca	
Incêndio	
Animal na pista	
Obstáculo na pista	
Outros	

Usuários Envolvidos			
Nome	Contato	Tel.	Cidade / Estado

Informações Complementares	
Horários	Procedimentos Adotados pela Concessionária
Hora (Ocorrência)	
Hora (Acionamento)	
Hora (Chegada)	
Hora (Liberação)	
Canal de Comunicação	

Foto 1	Foto 2
--------	--------

Avaliação do Atendimento	
Avaliação:	Recomendações e Sugestões
Conforme	

Responsável		Visto / Assinatura	
--------------------	--	---------------------------	--

[illegible]

1. OBJETIVO

Tem como objetivo instruir o colaborador na execução da verificação dos serviços de Ouvidoria, de reclamações e sugestões de clientes, envolvendo as reclamações de usuários nos registros de 0800 e Livro de Reclamações, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Normas das Leis nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, Lei Complementar nº. 76, de 21 de dezembro de 1995, do Estado do Paraná, e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 2.2. Contrato de Concessão;
- 2.3. Proposta Comercial;
- 2.4. PER - Programa de Exploração de Rodovias.
- 2.5. Relatório Mensal de Gestão.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. CCO: Centro de Controle Operacional (Sala de controle das operações da rodovia concessionada).

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

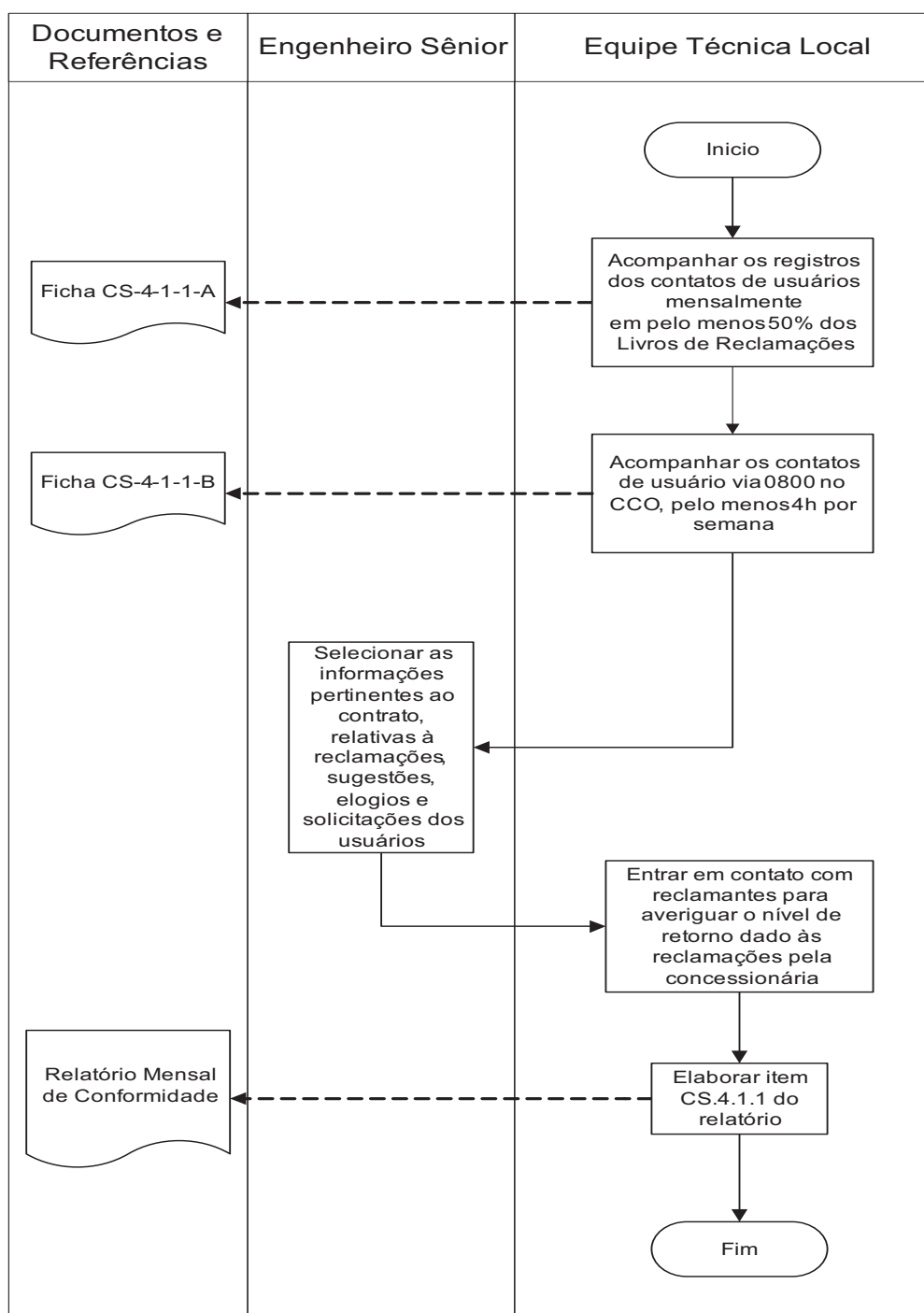
- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Avaliação de Conformidade dos serviços de Ouvidoria, de reclamações e sugestões de clientes (capítulo 2 – item CS 4.1.1 do Relatório Mensal de Conformidade).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:




Observação: caso a reclamação seja referente a um item de contrato e/ou PER (ex. presença de buracos no pavimento, etc.), a ETL deve proceder à verificação do item reclamado no local da ocorrência, se o item estiver não conforme, proceder de acordo com o procedimento de Notificação PAF.IP.001/10-00.

7. 7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do formulário	Local de armazenamento	Tempo de armazenamento
Ficha CS-4-1-1-A	Superintendência Regional	Período de duração da concessão
Ficha CS-4-1-1-B	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS


Anexo 01 - Ficha CS-4-1-1-A

	Concessionária		CS-4-1-1-A	Avaliação de Conformidades - Livro de Reclamações	Lote	
	Local				Data	
	Ficha				Hora	

Nº	Data	Tema / Assunto	Anotação / Dados	
			Resp.	
1			Endereço	
			E-mail/Fone	
2			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
3			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
4			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
5			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
6			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
7			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
8			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
9			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	
10			Resp.	
			Endereço	
			E-mail/Fone	

Responsável		Visto / Assinatura	
-------------	--	--------------------	--

Anexo 02 – Ficha CS-4-1-1-B

	Concessionária		CS-4-1-1-B	Avaliação de Conformidades - Call Center / Serviço 0800	Lote
	Local	Data			
	Ficha	Hora			

Nº	Data	Tema / Assunto	Anotação / Dados	
			Resp.	Endereço E-mail/Fone
1			Resp.	Endereço E-mail/Fone
2			Resp.	Endereço E-mail/Fone
3			Resp.	Endereço E-mail/Fone
4			Resp.	Endereço E-mail/Fone
5			Resp.	Endereço E-mail/Fone
6			Resp.	Endereço E-mail/Fone
7			Resp.	Endereço E-mail/Fone
8			Resp.	Endereço E-mail/Fone
9			Resp.	Endereço E-mail/Fone
10			Resp.	Endereço E-mail/Fone
Responsável			Visto / Assinatura	

1. OBJETIVO

O objetivo deste procedimento é instruir o usuário do QCA – Quadro de Controle de Atividades a utilizá-lo como ferramenta de gerenciamento visual das informações necessárias ao processo de fiscalização.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIA

- 2.1. MAF.C.001 - Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
- 2.2. Relatório de Conformidade
- 2.3. PER – Programa de Exploração de Rodovias

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. **QCA – Quadro de Controle de Atividades:** é um quadro de gestão visual contendo as informações essenciais para a execução das atividades de fiscalização de concessão rodoviária.
- 3.2. **Processo:** é o ato de transformação de uma entrada (material ou informação) em uma saída (material ou informação).

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos contratos:

- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Quadro de Controle de Atividades (quadro preenchido).

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

6.1. Entendimento do QCA

- **Campo 1 – Entrada:** campo onde estão descritos as informações de entrada necessárias para execução das atividades.
- **Campo 2 – Atividades:** campo onde estão descritos as atividades que devem ser executadas durante o processo de fiscalização, dentro de uma visão mensal.
- **Campo 3 – Semana do Mês:** campo onde o gerente faz o planejamento de execução das atividades do mês conforme descrito a seguir no item 6.2 - utilização do quadro.
- **Campo 4 – Saída:** campo onde estão marcados os registros ou formulários resultantes das atividades.

Segue abaixo uma ilustração do quadro com os respectivos campos:

QUADRO DE CONTROLE DE ATIVIDADES

LOTE	RESPONSÁVEL
	MÊS

ENTRADA

RELATÓRIO

ATIVIDADE PARA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE

PADRÃO DE VERIFICAÇÃO

FREQUÊNCIA MÍNIMA

OBSERVAÇÃO

SEMANA

1 2 3 4

Campo 1 - Entrada
Campo onde estão as informações de entrada necessárias para executar a atividade respectiva.

Campo 2 - Atividades
Campo onde está listado todas as atividades que fazem parte do processo de fiscalização da concessão.

Campo 3 - Semana do Mês
Campo onde é feito o controle de execução da atividade (previsto e realizado)

Campo 4 - Saída
Campo onde estão as informações/registros de saída derivado da execução da atividade respectiva.

LEGENDA

CRÍTICO

MODERADO

EM DIA

PREVISTO

REALIZADO

Figura 1 – Ilustração do Quadro de Controle de Atividades




6.2. Utilização do Quadro

O QCA - Quadro de Controle de Atividades é um material visual de apoio para acompanhamento das atividades que contemplam o processo de fiscalização de concessão.

O gerente faz o controle das atividades preenchendo o campo 3 da seguinte forma:

- dentro dos espaços reservados para cada semana do mês (1, 2, 3 e 4) o gerente, junto com sua equipe de trabalho, deve planejar as atividades completando os campos com um círculo (○);
- periodicamente o gerente verificar se a atividade foi executada conforme planejado. Se sim, marcar o círculo respectivo com um traço na diagonal;
- (◯). Se a atividade não foi executada conforme previsto, re-planejar a atividade marcando um novo círculo na semana prevista;
- sempre que a atividade foi executada e o registro ou formulário for criado, pintar os círculos de saída vermelho ou amarelo, campo 4, para controlar a execução da atividade;
- ao final de cada mês, deve-se registrar as informações do quadro na planilha eletrônica entregue juntamente com o quadro para efeito de comprovação futura.

Os círculos previamente demarcados representam o nível de criticidade da atividade, conforme abaixo:

-  **Vermelho – crítico**
-  **Amarelo – moderado**
-  **Verde – executado**

As etiquetas verdes demonstram que a atividade foi executada e as informações de saída foram criadas com sucesso.

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Não se aplica.

8. ANEXOS

Não se aplica



**Departamento de
Estradas de Rodagem
do Estado do Paraná -
DER/PR**

Avenida Iguaçu 420
CEP 80230 902
Curitiba Paraná
Fone (41) 3304 8000
Fax (41) 3304 8130
www.der.pr.gov.br

PAF.OCM.039/10-00

UTILIZAÇÃO DO QPA - QUADRO DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
Aprovado pelo Conselho Diretor em 27/09/2010
Deliberação n.º 116/2010

Autor: DER/PR

04 páginas

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos e Referência
- 3 Definições
- 4 Âmbito de Aplicação
- 5 Principal Produto Gerado
- 6 Descrição do procedimento
- 7 Tratamento de Registros
- 8 Anexos

HISTÓRICO

Descrição	Documento	Em vigência a partir de
Aprovação	Deliberação nº 160/2006	24/07/2006
Revisão: alteração do QPA	Deliberação nº 116/2010	27/09/2010

1. OBJETIVO

O objetivo deste manual é instruir o usuário do QPA – Quadro de Planejamento de Atividades a utilizá-lo para planejamento das atividades do processo de fiscalização.

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIA

- 2.1. MAF.C.001 - Manual de Gerenciamento de Concessão Rodoviária
- 2.2. Relatório de Conformidade
- 2.3. PER – Programa de Exploração de Rodovias

3. DEFINIÇÕES

3.1. QPA – Quadro de Planejamento de Atividades: é um quadro de gestão visual contendo uma lista de verificação onde estão descritos todas as atividades que devem ser executadas e campos onde serão descritos o planejamento das atividades.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à fiscalização das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos contratos:

- Contrato de Concessão nº. 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão nº. 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão nº. 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão nº. 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão nº. 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão nº. 076/97 – Concessionária Ecovia Caminhos do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Planejamento Semanal de Atividades (quadro de planejamento de atividade preenchido)

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

6.1. Campos do QPA

- **Campo 1 – Entrada:** são os campos onde estão descritos as informações necessárias para execução das atividades;
- **Campo 2 – Atividade:** campo onde estão descritos todas as atividades executadas durante o processo de fiscalização;
- **Campo 3 – Semana do Mês:** são os campos que serão preenchidos com informações do trecho e equipe responsável conforme a programação semanal;
- **Campo 4 – Equipe:** campo onde está descrito os colaboradores das equipes do dia;
- **Campo 5 – Cabeçalho:** campos que contém informações essenciais do lote.

Segue ilustração do QPA com os devidos campos.

QUADRO DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES								
ENTRADA	ATIVIDADE	LOTE		RESPONSÁVEL		MÊS		MODELO DE PREENCHIMENTO - PREVISTO
								TRECHO - EQUIPE RESPONSÁVEL
								MODELO DE PREENCHIMENTO - REALIZADO
		SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	TRECHO - EQUIPE RESPONSÁVEL
CS-4 - A	Verificar os Livros de Reclamações							
CS-4-1-1	Verificar registros do 0800							
SR-5-1 e SR-5-2	Verificar os Elementos de Segurança e Realização (Vert., ...)							
	Verificar as Publicidades na faixa de domínio e entorno							
TV-3-1-A e TV-3-1-B	Verificar o Fluxo Veicular das praças de pedágio							
E1 - EQUIPE 1								
E2 - EQUIPE 2								

Campo 1 - Entrada
Campo onde estão as informações de entrada necessárias para executar a atividade respectiva.

Campo 2 - Atividades
Campo onde está listado todas as atividade que fazem parte do processo de fiscalização.

Campo 5 - Cabeçalho
Campo onde se encontra as informações essenciais como: nome do lote; responsável; mês vigente. O modelo de preenchimento do quadro para a atualização das informações também estão nesse campo.

Campo 3 - Semana do Mês
Campo onde está descrito a programação das atividades da semana, divididas por turnos (manhã e tarde). Cada campo deve ser preenchido com detalhes sobre o trecho a ser fiscalizado além da equipe responsável

Campo 4 - Equipe
Campo onde está descrito o nome dos colaboradores que fazem parte da equipe.

Figura 1 – Ilustração do Quadro de Planejamento de Atividades

6.2. Utilização do quadro

O QPA - Quadro de Planejamento de Atividades é um material visual de apoio para o planejamento das atividades que contemplam o processo de fiscalização de concessões, descrevendo para cada dia da semana a equipe responsável e o trecho a ser fiscalizado.

O responsável pela equipe de fiscalização faz a programação das atividades seguindo as seguintes etapas:

- analisar o QCA (Quadro de Controle de Atividades) para ter o planejamento mensal;
- analisar as atividades realizadas no período anterior;
- fazer a reunião de programação de atividades da semana. Observar as atividades não executadas na semana anterior;
- preencher o campo 3 do QPA eletrônico com a programação da semana vigente;
- gerenciar o painel conforme a equipe for executando as atividades;
- conforme as atividades vão sendo executadas, atualizar e replanejar as atividades no quadro;
- atualizar o QPA eletrônico;
- voltar a etapa 1.

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código / Nome	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Planilha do QPA	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Não se aplica.



APÊNDICE 3

Procedimentos relacionados ao

Item 7.3 – Infrações e Penalidades



Lista Mestre de Procedimentos

REVISÃO: 00
EMIÇÃO: JUL/10

[illegible]

[illegible]

1. OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo orientar o Gerente de Concessão e a Equipe Técnica Local, quanto a emissão de notificação para a concessionária, dentro do processo de Fiscalização das Concessões Rodoviárias – DER/PR

2. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

- 2.1. Contrato de Concessão;
- 2.2. Proposta Comercial;
- 2.3. PER – Programa de Exploração de Rodovias.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Não conformidade: não cumprimento de um requisito de PER e/ou de contrato.
- 3.2. Notificação: identificação e aviso oficial à concessionária de uma não conformidade verificada pela ETL.
- 3.3. Prazo de Notificação: tempo estabelecido para a correção das não conformidades. A definição dos prazos deve seguir o PER e o contrato firmado.
- 3.4. Auto de Infração: quando não ocorre a solução de uma não conformidade dentro do prazo estabelecido na notificação.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplicável à verificação das rodovias concessionadas sob jurisdição do DER/PR, pertencentes aos:

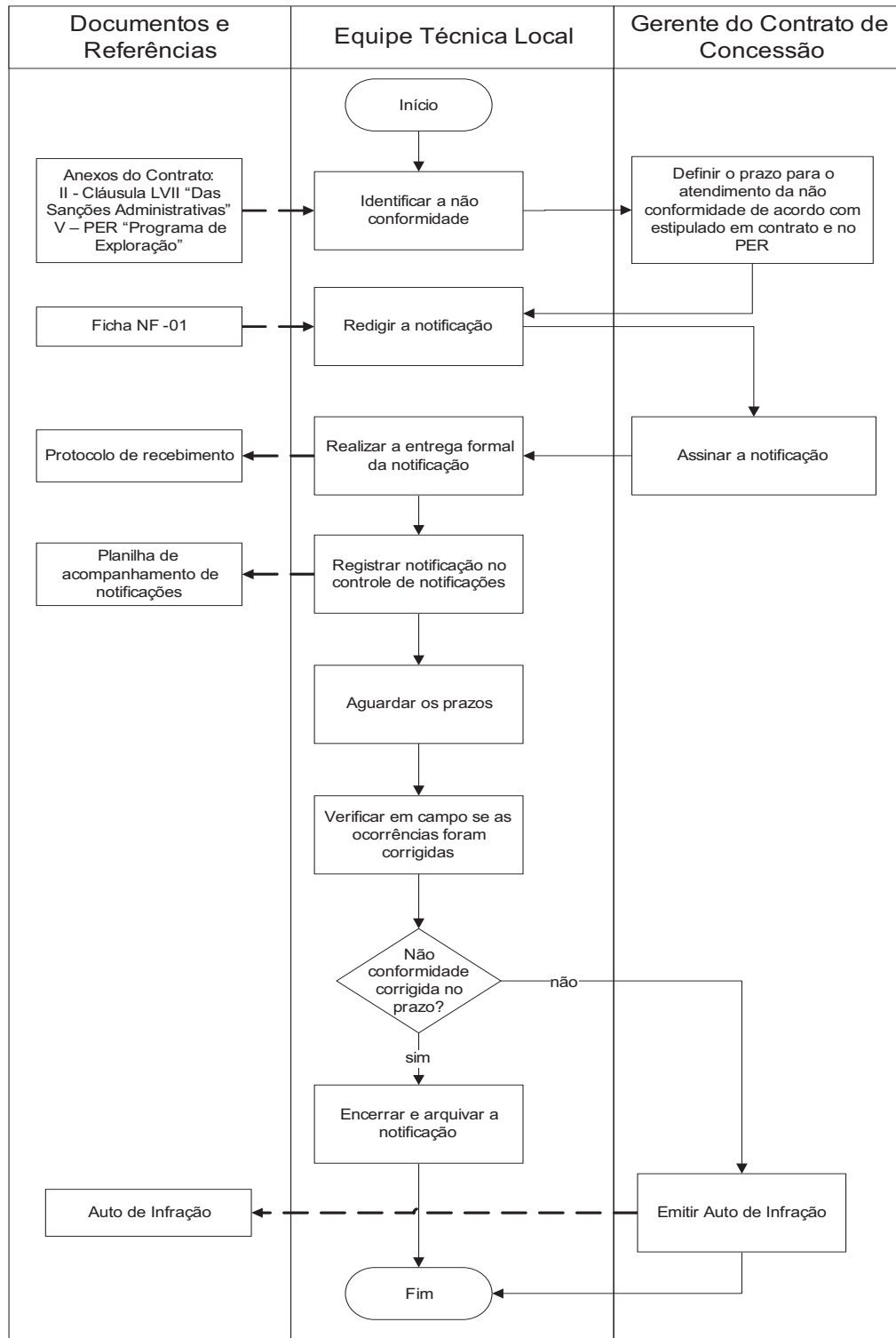
- Contrato de Concessão n.º 071/97 – Concessionária Econorte
- Contrato de Concessão n.º 072/97 – Concessionária Viapar
- Contrato de Concessão n.º 073/97 – Rodovia das Cataratas
- Contrato de Concessão n.º 074/97 – Caminhos do Paraná
- Contrato de Concessão n.º 075/97 – Concessionária Rodonorte
- Contrato de Concessão n.º 076/97 – Concessionária Ecovia Caminho do Mar

5. PRINCIPAL PRODUTO GERADO

Emissão da Notificação.

6. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Conforme fluxograma abaixo:



Observações:

- a numeração da notificação deverá ser da seguinte forma:

NOTIFICAÇÃO Nº XXXX/AAAA

Onde: XXXX - É o número sequencial iniciado do 0001 com 4 dígitos;

AAAA - É o ano de emissão da notificação com 4 dígitos.

Exemplo: **NOTIFICAÇÃO Nº 0001/2010;**


- as notificações de pavimento e acostamento, que podem ser enquadradas na Cláusula LVII- Das Sanções Administrativas, item 6 do Contrato de Concessão, devem ser feitas **ponto a ponto**, devido a sua forma de enquadramento (por buraco detectado ou por quilômetro ou fração);
- se a concessionária não concordar com a decisão do DER/PR, quanto aos prazos fixados para reparo, exceto para pavimento e acostamento onde a correção das não conformidades deve ser feita em no máximo 24 horas (Cláusula LVII- Das Sanções Administrativas, item 6 do Contrato de Concessão), a mesma deve proceder a comunicação dentro de 5 (cinco) dias úteis após ter sido notificada, para julgamento pela coordenação do lote;
- o Auto de Infração deve ser emitido conforme o Roteiro Básico de Orientação de Procedimentos aos Coordenadores de Concessão, de 21 de Julho de 2000;
- o Livro de Registro de Ocorrências da Fiscalização das Rodovias Concessionadas (Instrução de Serviço nº 002/98), pode ser utilizado pelo Gerente de Contrato de Concessão do DER/PR para notificação da Concessionária.

7. TRATAMENTO DE REGISTROS

Código do Formulário	Local de Armazenamento	Tempo de Armazenamento
Ficha NF - 01	Superintendência Regional	Período de duração da concessão

8. ANEXOS

Anexo 01- Ficha NF-01

		Concessionária		NF-01					Lote	
Ficha		NOTIFICAÇÃO XXXX / AAAA								Mês
Item	Rodovia / Sentido	Localização (km)	Não conformidade	Data da vistoria	Prazo de atendimento	Foto da não conformidade (antes)	Foto da correção da não conformidade (depois)			

RECEBIDO ____/____/____
Horário ____:____

Nome do Gerente do Contrato de Concessão
DER-PR – Superintendência XXXXXXXX
Concessão – Lote nº XX

Nome completo

Função

Assinatura